

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA

GLADYS SALGADO

O ENSINO DE AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA NO ESTADO DE
SÃO PAULO: análise dos programas das disciplinas

SÃO CARLOS - SP
2021

GLADYS SALGADO

O ENSINO DE AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA NO ESTADO DE SÃO PAULO:
análise dos programas das disciplinas

Monografia apresentada ao
Departamento de Psicologia da
Universidade Federal de São Carlos,
para obtenção do título de bacharel em
Psicologia.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Monalisa Muniz

São Carlos - SP
2021

Dedico este trabalho à responsável pelo meu renascimento,
meu grande amor,
Naia.

Agradecimentos

Agradeço primeiramente ao meu esposo, Rodrigo, pelo amor, companheirismo, parceria, paciência eterna, e, acima de tudo, por acreditar que eu conseguiria completar essa trajetória, em alguns momentos mais até do que eu mesma. Sem seu incentivo e seu apoio essa conquista não seria possível. Obrigada por me fazer rir e aguentar firme nos momentos mais difíceis. A você, todo meu amor e admiração.

À minha pequena, Naia Salgado Espinoza, pelos mais doces e amorosos obstáculos enfrentados para a conclusão desta etapa. Cada minuto com você valeu a pena.

À toda minha família, em especial meus sogros, Dalva de Freitas Espinoza e Leonel del Transito Espinoza Molina, por todo o suporte que tornou meu sonho possível de se realizar. A vocês minha gratidão eterna.

À minha orientadora, Prof^a. Dr^a. Monalisa Muniz, pelos ensinamentos, pela paciência e por todo o apoio e orientação em cada etapa do processo de produção deste trabalho. Sua contribuição foi fundamental para o resultado alcançado. Obrigada pela disponibilidade de sempre e pelo carinho.

Aos professores e professoras do curso de Psicologia da UFSCar, pela contribuição de excelência para minha formação.

Aos coordenadores e coordenadoras, e também aos técnicos administrativos, do curso dos últimos anos por serem sempre prestativos na missão de me formar, reconheço que não foi tarefa fácil.

E por fim, a todos(as) amigos, amigas e colegas, que de alguma forma contribuíram para esse processo de transformação acadêmica.

Resumo

A Avaliação Psicológica (AP) é uma ferramenta fundamental para profissionais de Psicologia e seu ensino foi historicamente negligenciado. Por esta razão, o presente estudo teve como objetivo caracterizar o ensino da AP no Estado de São Paulo. Para tanto foram considerados a carga horária, nomenclatura, semestre de ocorrência, quantidade de disciplinas ofertadas e os conteúdos dos programas de disciplinas obrigatórias relacionadas à área. Foram analisados 121 planos de ensino pertencentes a 33 cursos de Psicologia com grades curriculares específicas, referentes a 31 IES. Inicialmente verificou-se uma média de 3,7 disciplinas de AP e de 249 horas totais por curso. Estes números são considerados insuficientes para tratar minimamente os assuntos básicos deste campo de saber. Observou-se também uma pluralidade nas nomenclaturas de disciplinas, fator que indica a falta de uma linguagem comum na área. As disciplinas encontraram-se distribuídas do primeiro ao oitavo semestre, com ênfase no quinto, sexto e quarto semestres, respectivamente. Com relação ao conteúdo dos programas, foram criadas 18 categorias de análise, Testes Psicológicos foi a mais recorrente e abarcou os aspectos teóricos destes instrumentos, incluindo suas características psicométricas. Ética e Legislação foi a segunda categoria de maior incidência, indicando um avanço nesta questão. Contudo, os resultados indicaram permanência de um enfoque essencialmente tecnicista, com destaque para os procedimentos de aplicação e interpretação de testes que investigam, em sua maioria, os construtos personalidade e inteligência. Foi apurada uma grande variedade de testes psicológicos ensinados nos planos de ensino, 82 no total. Destaca-se a alta adoção das escalas Wechsler e da coleção de Testes de Apercepção Temática no ensino de AP. Pode-se concluir que muitos aspectos do ensino da AP precisam ser transformados para se alcançar critérios mínimos de qualidade, conformando-se às diretrizes de ensino e produção científica da área, bem como enfatizando uma abordagem mais ampla do processo de AP.

Palavras-chave: Avaliação Psicológica. Ensino. Psicologia. Formação Profissional. Conteúdo programático.

Sumário

Introdução	06
Método	19
Participantes	19
Material	20
Procedimentos	21
Resultados	26
Discussão	48
Considerações Finais	56
Referências	57

Introdução

A Avaliação Psicológica (AP) consiste, de acordo com o Conselho Federal de Psicologia (CFP), em um processo técnico e científico de investigação, que se constitui em fonte de informações sobre os fenômenos psicológicos e que subsidia a tomada de decisão mais adequada pelo(a) psicólogo(a) para atender o(a) avaliado(a) e sua demanda (Conselho Federal de Psicologia, 2013). A referida entidade tem se dedicado, nas últimas décadas, a ampliar seus esforços para a regulamentação da área, deixando de ser apenas um órgão fiscalizador. Alguns dos resultados desta nova postura foram as medidas implementadas no início dos anos 2000, tais como: a instituição da Comissão Consultiva em Avaliação Psicológica (CCAP); a publicação da Resolução nº 025/2001, que definiu os testes psicológicos como instrumentos de uso privativo de psicólogas(os) e regulamentou sua elaboração, comercialização e uso; a criação do Sistema de Avaliação dos Testes Psicológicos (SATEPSI) e a homologação da Resolução nº 002/2003, que revogou e atualizou a anterior, definindo e regulamentando o uso, a elaboração e a comercialização de testes psicológicos.

O CFP propôs a criação do SATEPSI, a partir da publicação da Resolução nº 025/2001, diante da identificação da necessidade de aprimorar instrumentos e técnicas de Avaliação Psicológica, bem como primar pela qualidade técnica e ética aos usuários (Bueno & Peixoto, 2018). O principal objetivo deste sistema é qualificar métodos e técnicas que compõem o processo de Avaliação Psicológica garantindo que os testes aprovados apresentem os critérios listados. Ele consiste em uma plataforma informatizada pela qual o CFP avalia a qualidade técnico-científica dos testes. Isso é possível por meio do gerenciamento da Comissão Consultiva em Avaliação Psicológica, uma equipe de especialistas com experiência e produção científica sobre o tema, ligados ao Instituto Brasileiro de Avaliação Psicológica (IBAP) e à Associação Brasileira de Rorschach e Métodos Projetivos (ASBRO), que analisa e emite pareceres sobre os testes psicológicos¹.

De acordo com Reppold e Noronha (2018), a promulgação da Resolução nº 002/2003 foi uma das medidas de maior impacto do SATEPSI. A homologação desta resolução é considerada um marco histórico para a regulamentação da área. Isso porque atualizou o sistema supracitado estabelecendo os critérios mínimos de qualidade a serem contemplados pelos testes, quais sejam: fundamentação teórica do instrumento, evidências empíricas de validade e precisão sobre as interpretações para os escores dos testes, dados empíricos acerca das

¹ <https://site.cfp.org.br/tag/satepsi/>

propriedades psicométricas dos itens do instrumento, sistema de correção e interpretação dos escores, bem como apresentação de procedimentos de aplicação e correção (Reppold & Noronha, 2018).

Outra importante providência adotada pelo CFP, reconhecendo as necessidades de melhorias para a área, foi a publicação da Resolução nº 009/2018, que determina as novas diretrizes para a realização da Avaliação Psicológica pela(o) profissional de Psicologia, regulamenta o SATEPSI e revoga as Resoluções nº 002/2003, nº 006/2004 e nº 005/2012 e Notas Técnicas nº 01/2017 e 02/2017. Esta resolução conta com a mais recente atualização do SATEPSI. O documento, tema que será retomado adiante, trouxe como novidade a inclusão de orientações básicas para a realização da Avaliação Psicológica, aspecto não abordado pelas resoluções anteriores. Considera-se este aspecto um aprimoramento, posto que as versões anteriores, de 2001 e 2003, abordavam exclusivamente o tema dos testes psicológicos.

O estabelecimento do ano de 2011 como o ano da Avaliação Psicológica e a elaboração e divulgação das Cartilhas de Avaliação Psicológica de 2007 e 2013 pelo CFP também se configuram como medidas relevantes para o fortalecimento deste campo. Ademais, as publicações de outras seis resoluções também se configuram como deliberações que contribuíram para a regulamentação e fortalecimento da área, quais sejam: (a) Resolução nº 002/2009, que altera a Resolução nº 018/2008 sobre o trabalho do psicólogo e da psicóloga na Avaliação Psicológica para concessão de registro e porte de arma de fogo; (b) Resolução nº 002/2016, que regulamenta a Avaliação Psicológica em Concurso Público e processos seletivos de natureza pública e privada e revoga a Resolução nº 001/2002; (c) Resolução nº 003/2016, que modifica a Resolução nº 013/2007 e institui a Consolidação das Resoluções relativas ao Título Profissional de Especialista em Psicologia e dispõe sobre normas e procedimentos para seu registro; (d) Resolução nº 001/2019, que estabelece normas e procedimentos para a perícia psicológica no contexto do trânsito e revoga as Resoluções nº 007/2009 e 009/2011; (e) Resolução nº 006/2019, que dita as regras para elaboração de documentos escritos no exercício profissional da psicóloga e do psicólogo e revoga as Resoluções nº 015/1996, 007/2003 e 004/2019; (f) Resolução nº 017/2019, que modifica a Resolução nº 003/2017, que define e regulamenta a Comissão Consultiva em Avaliação Psicológica.

O próprio conselho define, no material supracitado, a Avaliação Psicológica como

(...) um processo estruturado de investigação de fenômenos psicológicos, composto de métodos, técnicas e instrumentos, com o objetivo de prover informações à tomada de decisão, no âmbito individual, grupal ou institucional, com base em demandas, condições e finalidades específicas (Conselho Federal de Psicologia, 2018, p. 2).

Em outras palavras, ela é compreendida como um processo estruturado que envolve a coleta e interpretação de dados obtidos com a utilização de um conjunto de procedimentos reconhecidos pela ciência psicológica. Por sua vez, este complexo processo objetiva produzir hipóteses ou diagnósticos para a compreensão de fenômenos e processos psicológicos com o intuito de avaliar aptidões para execução de um conjunto de tarefas, conhecer o funcionamento intelectual ou características da personalidade do avaliando, entre outros (Hutz, 2015). Neste sentido, Tavares (2003) faz um importante destaque quanto aos objetivos da Avaliação Psicológica. O autor explica que seu foco não é rotular indivíduos, mas sim descrever da melhor maneira possível as características ou aspectos relevantes de uma pessoa, tendo sempre como base as técnicas reconhecidas pela ciência psicológica e sua terminologia específica.

Urbina (2007) ressalta a flexibilidade e não-padronização características do processo de Avaliação Psicológica. Sua função é alcançar “(...) uma determinação sustentada a respeito de uma ou mais questões psicológicas através de coleta, avaliação e análise de dados apropriados ao objetivo em questão” (Maloney & Ward, 1976, p.33 *apud* Urbina, 2007). Esta flexibilidade e autonomia implicam que o psicólogo e a psicóloga sejam capazes de planejar e realizar o processo avaliativo, considerando seus aspectos técnicos e teóricos, e integrando fontes diversificadas de informações, como, por exemplo, entrevistas, observações, aplicação de testes, análise documental, entre outros.

A Avaliação Psicológica é uma área importante da formação básica em Psicologia, já que é um campo que oferece ferramentas e habilidades fundamentais que todo psicólogo deve adquirir ao longo de sua formação (Nunes et al, 2012). Sua relevância reside no fato de que todo trabalho no campo da Psicologia é iniciado com algum tipo de avaliação do contexto, do indivíduo, do grupo e/ou da instituição, sendo inclusive a base para toda e qualquer intervenção psicológica. Algumas das áreas de aplicação da Avaliação Psicológica são as que se seguem: Psicologia clínica; Psicologia da saúde e/ou hospitalar; Psicologia escolar e educacional; Neuropsicologia; Psicologia forense; Psicologia do trabalho e das organizações; Psicologia do esporte; Psicologia Social/Comunitária; Psicologia do Trânsito e Orientação Vocacional e/ou Profissional. Contudo, apesar de sua amplitude e extensa possibilidade de aplicação, os estudos apresentados apontam que os profissionais apresentam práticas inadequadas e desconhecimento acerca do conceito e do processo da Avaliação Psicológica (Nunes et al, 2012).

Gomes (2009) aponta que este campo configurou uma das primeiras referências profissionais da área da Psicologia. Segundo o autor, os princípios da Psicofísica e da Psicologia experimental, que forneciam medidas psicológicas, marcaram o início deste campo

científico e área prática. Os princípios advindos dos experimentos de tempo de reação, atenção e percepção diferencial foram também aplicados à preparação de medidas no estudo da memória e da inteligência (Gomes, 2009).

Neste sentido, Wechsler et al (2019) datam os primeiros movimentos na área da Avaliação Psicológica, em âmbito internacional, no século XIX a partir da criação do primeiro laboratório experimental de Wundt (1862) e do laboratório de medidas antropométricas de Galton (1884). Os autores relatam, entretanto, que foi Alfred Binet quem forneceu a maior contribuição para avaliação de processos mentais, desenvolvendo o primeiro teste de inteligência infantil em parceria com Henri-Simon (Teste de Binet-Simon), em 1895. (Wechsler et al, 2019). Este movimento internacional na área da Avaliação Psicológica durante o século XIX impactou o movimento nacional deste campo.

Sobre o desenvolvimento da Avaliação Psicológica no Brasil, Pasquali e Alchieri (2001) elaboraram uma contextualização histórica dividida em cinco períodos. O primeiro (1836-1930), embora contenha poucos eventos marcantes, contempla a criação do primeiro laboratório de Psicologia no Hospital Nacional de Alienados e o uso da Escala Binet-Simon. No segundo período (1930-1962), foram inaugurados centros de pesquisa, como o do ISOP², o do SENAI³, o do SENAC⁴ e do CETEPP⁵. Entre 1962 e 1970, terceiro período, Pasquali e Alchieri (2001) destacam que houve a oficialização da Psicologia como profissão, bem como do curso de Psicologia, e também da Avaliação Psicológica como atividade do profissional da área. De 1970 a 1990, quarto período, houve uma consolidação do ensino e da pesquisa em Psicologia no Brasil. Por fim, no quinto e último período os autores destacam a preocupação com o desenvolvimento dos instrumentos e das diretrizes epistemológicas referentes ao campo da Psicologia.

Da mesma maneira, Wechsler et al (2019) delinearam o percurso histórico da Avaliação Psicológica em fases. A primeira foi marcada por intenso interesse e valorização dos testes psicológicos, a segunda foi definida por uma crise profunda de descrédito e a terceira e atual marcada pelo desenvolvimento da área. Segundo os autores, durante a segunda fase (1970-1990) os(as) profissionais de Psicologia passaram a questionar os testes, que, por serem de origem estrangeira, não apresentavam estudos de validade e normatização locais e assim, não representavam o povo brasileiro. Por conseguinte, assim como assinalado por Pasquali e

² Instituto de Seleção e Orientação Profissional.

³ Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial.

⁴ Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial.

⁵ Comissão de Estudos de Testes e Pesquisas Psicológicas.

Alchieri (2001), Wechsler et al (2019) aponta que se inicia a fase de retomada do debate e propulsão para o desenvolvimento da área.

A partir da década de 1990, de acordo com Bueno e Peixoto (2018), diversos eventos foram responsáveis pela retomada deste campo de saber no âmbito da Psicologia. Entre estes eventos os autores destacam a criação de associações profissionais ligadas à Avaliação Psicológica, como o IBAP e a ASBRO; a consolidação de um Programa de Pós-Graduação com área de concentração em Avaliação Psicológica; a criação de diversos laboratórios dedicados ao tema espalhados pelo país; o surgimento de seções específicas da área em revistas científicas e, como já explicitado, a implantação do Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos pelo CFP.

Wechsler et al (2019) destacam ainda que uma grande contribuição para a melhoria dos instrumentos psicológicos se deve também ao aumento considerável de pesquisadores que passaram a se dedicar a esta área, fato que pode ser observado pelo significativo aumento no número de Grupos de Trabalho (GTs) dedicados a avaliação psicológicas na Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (ANPEPP). Nas últimas três décadas a evolução dos GTs foi de um único grupo, criado em 1989, para cinco grupos em 2014. Estes GTs dedicam-se a produzir conhecimento e debater questões relevantes sobre a Avaliação Psicológica. Eles consistem em espaços científicos e políticos de articulação de pesquisadores que contribuiu e segue contribuindo para a formação na área e para o exercício profissional, por meio da produção de documentos e posicionamentos que são encaminhados ao CFP (Wechsler et al, 2019).

Este breve histórico corrobora com as observações realizadas por Noronha e Reppold (2010). Segundo as autoras o cenário da Avaliação Psicológica no Brasil tem se modificado ao longo dos anos, mais especialmente a partir da segunda metade da década de 1990. Dos diversos fatores por elas apontados para justificar tal afirmação, dois merecem destaque e marcam o início dos anos 2000 como um período importante para o avanço da Avaliação Psicológica no país.

O primeiro deles foi a elaboração do manifesto intitulado “Em defesa da Avaliação Psicológica” feito pelos membros do GT Pesquisa em Avaliação Psicológica⁶. O manifesto teve como objetivo lançar uma orientação sobre os conteúdos que deveriam compor os currículos para a formação dos profissionais em Psicologia no Brasil (Noronha & Reppold, 2010). O segundo evento destacado foi a criação da Revista Avaliação Psicológica em 2002.

⁶ GT Pesquisa em Avaliação Psicológica. <http://www.ibapnet.org.br/index.php?cd=11&descricao=manifesto>

Como apontam Noronha e Reppold (2010), sob a editoração do professor Claudio Hutz, a publicação se firmou como um espaço importante para o campo da Avaliação Psicológica e seu crescimento ao longo dos anos comprova também o crescimento da área no país.

O processo de consolidação deste campo foi essencial para reconfigurar um cenário onde processos inconsistentes de Avaliação Psicológica estavam gerando diversas críticas e ações judiciais contra a atuação de psicólogos e psicólogas. Noronha et al (2010) destacam que entidades como o CFP e o IBAP contribuíram com a promoção do debate acerca da ausência de fundamentação teórica e da qualidade dos instrumentos utilizados no desenvolvimento da Avaliação Psicológica. Além disso, a criação do SATEPSI é considerada como um marco fundamental para garantir a regulamentação da área, por meio da elaboração de requisitos mínimos para os testes psicológicos e da listagem de testes favoráveis e desfavoráveis para a prática profissional, bem como para a divulgação dessas informações à comunidade (Reppold & Noronha, 2018).

Primi e Nunes (2010) atribuem, da mesma maneira, o surgimento deste sistema a uma resposta à quantidade expressiva de processos éticos em torno da área e também à ausência de estudos comprobatórios relativos à eficácia de testes e técnicas psicológicas. A regulamentação sobre a aplicação e o estabelecimento de padrões de qualidade para os testes psicológicos, bem como o estímulo ao desenvolvimento de pesquisas na área foram, segundo eles, suas principais contribuições. Contudo, os autores ressaltam que, apesar do SATEPSI ter contribuído para o avanço acadêmico e profissional da Avaliação Psicológica, o trabalho desenvolvido pelo sistema não foi suficiente para atuar no ponto nevrálgico da questão, que consiste na formação do(a) profissional de Psicologia. Reppold e Noronha (2018) também apontam a formação deficitária como uma das responsáveis pelo alto número de processos éticos que envolvem o campo da Avaliação Psicológica.

Diversas pesquisadoras e pesquisadores vem, ao longo das duas últimas décadas, alertando acerca dos problemas ocasionados por esta formação deficitária da área (Ambiel et al, 2019; Freires et al, 2017; Noronha, 2002; Noronha et al, 2005; Noronha & Reppold, 2010; Nunes et al, 2012; Paula et al, 2007; Primi & Nunes, 2010; Reppold & Noronha, 2018) e atribuindo a ela a falta de competência profissional de psicólogos e psicólogas para a realização da Avaliação Psicológica. Os principais problemas apontados dizem respeito ao ensino excessivamente tecnicista, ausência de formação voltada para a pesquisa científica e lacuna do ensino específico de construção de instrumentos.

O esforço em orientar o planejamento e a implantação da disciplina nos cursos de Psicologia no Brasil culminou na publicação de Nunes et al (2012) contendo uma proposta

detalhada de diretrizes para o ensino da Avaliação Psicológica no contexto brasileiro. Os autores apontam que é através do conjunto de disciplinas da área (que apresentam nomes diversificados) que os graduandos de Psicologia costumam ter o primeiro contato com a Avaliação Psicológica. Estas disciplinas buscam promover a compreensão do estudante acerca das técnicas de coleta de informações, a integração dos dados obtidos, a produção do relato do resultado e a devolução da informação, tendo em vista o entendimento do avaliado e capacidade de propor intervenções e tomar decisões (Nunes et al, 2012). Os autores ressaltam que, portanto, o ensino da Avaliação Psicológica deve apresentar aspectos teóricos e práticos que desenvolvam nos estudantes um arcabouço que permita uma atuação autônoma e responsável.

O documento contém quatro seções, sendo que na primeira Nunes et al (2012) elencam detalhadamente as 27 competências em Avaliação Psicológica que a formação básica na área deve propiciar aos estudantes. A segunda parte apresenta a proposta de composição das disciplinas e seus respectivos conteúdos programáticos, a terceira parte consiste na estrutura de ensino necessária e a última refere-se às referências indicadas para as disciplinas da área. Destacaremos aqui apenas o exposto na segunda parte do documento.

Os autores propõem a seguinte divisão de disciplinas: (a) Avaliação Psicológica I, que contaria como conteúdo programático os aspectos históricos, legislação, ética, conceitos avaliação e testes psicológicos, parâmetros psicométricos, tabelas normativas, construção de instrumentos e consequências sociais; (b) Avaliação Psicológica II – Avaliação cognitiva, que abordaria a fundamentação teórica dos testes abordados, técnicas de avaliação cognitiva, administração/ correção/ interpretação/ escrita de resultados; (c) Avaliação Psicológica III – com o mesmo conteúdo programático, entretanto voltado para avaliação afetiva e comportamental e com instrumentos de autorrelato; (d) Avaliação Psicológica IV – também com o mesmo conteúdo programático, mas voltado às técnicas expressivas; (e) Avaliação Psicológica V, que apresentaria como conteúdo o planejamento da avaliação, as considerações de peculiaridades de contextos, o *rapport*, as entrevistas, a observação, usos e limitações das técnicas, comparação e integração das informações, escritas de resultados, documentos decorrentes da avaliação e comunicação verbal dos resultados e (f) Avaliação Psicológica VI – Estágio Supervisionado em Avaliação Psicológica.

Ainda sobre a formação da área, a instituição das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) de 2011 para os cursos de graduação em Psicologia não refletiu na prática o singelo avanço alcançado pela legislação. O referido documento destacou, apropriadamente, a importância do tripé ensino, pesquisa e exercício da prática profissional (Conselho Nacional de Educação, 2011). Ainda que sem mencionar diretamente o campo da Avaliação Psicológica,

as diretrizes enfatizaram sua importância para a formação de psicólogos e psicólogas, como se pode verificar no item III do Art. 5º:

Art. 5º A formação em Psicologia exige que a proposta do curso articule os conhecimentos, habilidades e competências em torno dos seguintes eixos estruturantes:

(...)

III - *Procedimentos para a investigação científica e a prática profissional*, de forma a garantir tanto o domínio de instrumentos e estratégias de avaliação e de intervenção quanto a competência para selecioná-los, avaliá-los e adequá-los a problemas e contextos específicos de investigação e ação profissional; (Conselho Nacional de Educação, 2011, p. 2)

Além disso, o Art. 8º definiu as competências a serem desenvolvidas pelo futuro e futura profissional de Psicologia durante sua formação e algumas delas estão relacionadas à Avaliação Psicológica, quais sejam: (a) competência V – ser capaz de selecionar e utilizar procedimentos e instrumentos de coleta de dados; (b) competência VI – avaliar processos psicológicos de ordem cognitiva, comportamental e afetiva em diferentes contextos e (c) competência VII – capacidade de diagnosticar e avaliar processos psicológicos de pessoas, grupos e organizações (Conselho Nacional de Educação, 2011).

Bardagi et al (2015) apontam que, apesar destas diretrizes enfatizarem a atenção que este campo de saber deve receber por parte dos cursos de graduação em Psicologia, ainda se constata muitas dificuldades para o estabelecimento de parâmetros para que busquem transformações curriculares efetivas no sentido de fortalecer conhecimentos e habilidades centrais para a formação de psicólogos e psicólogas. Como resultado da mobilização dos profissionais de diversas áreas da Psicologia, incluindo o IBAP, houve a publicação da Resolução CFP nº 003/2016 e encontra-se em espera de homologação o novo Projeto de Resolução, de 2019, que tem por objetivo revisar a redação da Resolução CNE/CES nº 005/2011.

A já mencionada Resolução nº 002/2016 formalizou as áreas de especialidade da Psicologia, com intuito de qualificar a atuação profissional e serviu como base para parte das reformulações propostas no Projeto de Resolução. O novo texto mantém, em essência, a redação do item supracitado do Art. 5º, mas com numeração diferente. Contudo, sua principal mudança em relação ao documento anterior, que caracterizou a conquista da área, foi a inclusão de menção específica da Avaliação Psicológica enquanto possibilidade de ênfase curricular e competência básica a ser ensinada durante a formação em Psicologia.

Com relação às competências básicas, o Art. 8º do Projeto de Resolução para as DCN dos cursos de Psicologia, diferentemente da resolução anterior, separou textualmente as científicas das profissionais. Dentre estas últimas, duas envolvem a Avaliação Psicológica, uma indiretamente e outra de forma diretiva. O item (a) da competência V, § 5º, versa sobre a necessidade de orientar a realização de avaliações, bem como de outras atividades psicológicas, com base no conhecimento científico acumulado, mais especificamente, nos seus princípios, referenciais teóricos e epistemológicos (Conselho Nacional de Educação, 2019). Já a competência VIII, tratada pelo Art. 8º, é dedicada exclusiva e especificamente à Avaliação Psicológica, como se segue:

§ 5o Em consonância com a Declaração Internacional de Competências Fundamentais na Psicologia Profissional, de 2016, as competências previstas são as seguintes:

(...)

VIII - realizar avaliação psicológica, buscando: a) identificar a necessidade de avaliações em indivíduos, grupos, famílias, comunidades, organizações ou sociedades; b) utilizar os diversos métodos e estratégias de avaliação em Psicologia: entrevistas, observação, testes psicológicos, entre outros; c) selecionar, planejar e desenvolver avaliações utilizando métodos apropriados aos objetivos e aos propósitos das atividades; d) integrar métodos, análises, sínteses e interpretação dos dados coletados (Conselho Nacional de Educação, 2019, p.8-9).

O novo texto representa um relevante avanço para a área, posto que os cursos Psicologia precisarão adequar sua estrutura curricular e pedagógica após sua homologação. Como anteriormente mencionado, o Projeto de Resolução englobou a Avaliação Psicológica como uma possibilidade de ênfase curricular. No Art. 10º sua ênfase é definida como a concentração de competências relativas ao uso de recursos, instrumentos e estratégias de observação e avaliação necessárias para compreensão diagnóstica em diferentes níveis e domínios da atuação profissional (individual, grupal, institucional, social, educacional etc.).

O campo da Avaliação Psicológica abrange diversos aspectos fundamentais da formação dos profissionais em Psicologia e por essa razão, faz-se necessário dar continuidade aos estudos sobre Avaliação Psicológica nas esferas da pesquisa, formação e prática, visando contribuir com o fortalecimento e aprimoramento da área e de seus profissionais. Principalmente porque o estudo da área ainda carece de investigações voltadas para o ensino do processo de Avaliação Psicológica de maneira mais ampla. Apesar das tentativas apresentadas, e a expectativa de mudança com o projeto citado, parece haver um grande desafio para implementar tais diretrizes no grande universo de cursos oferecidos no país. Alguns

estudos relevantes se dedicaram a investigar o panorama de ensino desta temática nos cursos de Psicologia do país.

Noronha (2002) realizou uma pesquisa com 214 psicólogos para avaliar quais seriam os problemas mais graves e frequentes no uso de testes psicológicos. Além de questões relativas aos instrumentos em si, tais como a construção, as normas, as características e o uso dos instrumentos, um dos apontamentos dos profissionais foi concernente à formação do psicólogo. Para os sujeitos da pesquisa, este último configura um dos problemas mais frequentes no uso de testes psicológicos. Os resultados encontrados apontam, também, para a necessidade de investigar a formação dos profissionais de Psicologia na área da Avaliação Psicológica, o que inclui o uso de testes psicológicos.

Em um estudo que buscou analisar as ementas de disciplinas relacionadas à Avaliação Psicológica em universidades brasileiras, Noronha et al (2005) utilizou 16 categorias de análise investigando 14 universidades dos estados do Rio Grande do Sul, Paraná, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Minas Gerais, Paraíba, Sergipe, e São Paulo. Noronha et al (2005) constatou que não há concordância entre diversos fatores em relação às ementas, tais como: as nomenclaturas das disciplinas; as técnicas projetivas; os testes de personalidade; os testes psicológicos e os testes de inteligência.

Em outra pesquisa Noronha et al (2007) investigaram a importância e a percepção de domínio que os estudantes de Psicologia tinham em relação às competências que caracterizam a Avaliação Psicológica. Utilizando a técnica do questionário, Noronha et al (2007) puderam constatar que os itens considerados menos importantes pelos alunos relativos às competências em Avaliação Psicológica foram ter noções de estatística e ter conhecimento de um amplo número de testes.

Os conteúdos ministrados e as metodologias de ensino utilizadas pelos professores de graduação dedicados a disciplinas relacionadas à Avaliação Psicológica foi objeto de pesquisa de Noronha et al (2013). A pesquisa concluiu que, a despeito do grande esforço em melhorar o ensino das disciplinas que se relacionam com a Avaliação Psicológica, ainda é latente a ênfase na instrumentalização da Avaliação Psicológica em detrimento da construção mais crítica e analítica.

Paula et al (2007) também procuraram investigar sobre a formação dos psicólogos em relação a Avaliação Psicológica. Adotando o questionário como ferramenta de pesquisa, 358 alunos recém-formados por quatro universidades de Belo Horizonte, Minas Gerais, responderam ao questionário. Segundo apontam os autores, os resultados demonstram que os

alunos receberam formação na área da Avaliação Psicológica, mas um número expressivo de alunos considerou sua formação insuficiente.

Em pesquisa sobre os conteúdos e disciplinas relativos à Avaliação Psicológica, Noronha (2006) analisou 41 ementas de universidades brasileiras públicas e privadas. Os dados obtidos indicam uma nomenclatura diversificada para as disciplinas avaliadas, uma oferta de 78% das disciplinas até o quarto semestre (segundo ano) e que os principais conteúdos abordados consistem em técnicas de avaliação e aplicação, mensuração psicológica e técnicas projetivas. A autora sugere o desenvolvimento de novas pesquisas, buscando aumentar os critérios de análise e a quantidade de Planos de Ensino avaliados.

A pesquisa de Freires et al (2017) procurou retratar a estrutura do ensino de avaliação psicológica na região Norte do país evidenciou o distanciamento do ensino praticado em relação as diretrizes elaboradas por Nunes et al (2012). Além da diversidade de nomenclaturas das disciplinas, os resultados apontaram para uma formação predominantemente tecnicista e com ênfase no psicodiagnóstico. Esses resultados demonstram a importância do fortalecimento do ensino da avaliação psicológica em seus mais diversos elementos. Castro (2013) também constata, em sua pesquisa sobre o ensino de avaliação psicológica no Estado de São Paulo, uma maior incidência de disciplinas focadas nos psicodiagnósticos, destacando também as disciplinas relacionadas a técnicas projetivas, psicometria e histórico.

Ambiel et al (2019) destaca que o ensino de avaliação psicológica está, ainda, concentrado à aplicação de instrumentos psicológicos, concentrando-se no aspecto tecnicista da área. Os achados de sua pesquisa corroboram com os resultados da pesquisa de Noronha (2006), demonstrando a dificuldade no avanço do ensino de avaliação psicológica nas universidades do país. Ao comparar os resultados de sua pesquisa com as diretrizes propostas por Nunes et al (2012), Ambiel et al 2019 destaca que as principais características do ensino de avaliação psicológica ainda são a ênfase no tecnicismo e no pouco espaço para a reflexão teórica.

Os desafios da formação em avaliação psicológica revelam a complexidade do campo em questão e, como pontua Noronha et al (2010), é de se esperar que os cursos de formação não sejam capazes de contemplar todo o conhecimento necessário para a atuação dos profissionais que utilizam a avaliação psicológica em seus trabalhos. Se faz necessário, portanto, que estes profissionais se mantenham atualizados e em contínua capacitação, bem como os docentes responsáveis pelo o ensino.

Em acordo, as diretrizes da Resolução CFP nº 09/2018, anteriormente apresentadas, advém dos resultados dos estudos científicos sobre o tema e reafirmam a necessidade de

capacitação adequada de psicólogos e psicólogas durante os anos de formação – para que sejam capazes de compreender a teoria e a técnica dos métodos de Avaliação Psicológica – bem como a necessidade de aprimoramento profissional após a formação. Em sua primeira seção o documento prevê a obrigatoriedade do embasamento em métodos, técnicas e/ou instrumentos psicológicos cientificamente comprovados por parte de psicólogos e psicólogas durante o desenvolvimento da Avaliação Psicológica. Isso porque são considerados fontes fundamentais de informação (testes, entrevistas e registros de observação). As fontes complementares de informação, como por exemplo documentos técnicos (protocolos, relatórios) de equipes multiprofissionais, não são descartadas e devem ser consideradas em contextos específicos. Cabe ao profissional escolher os métodos, técnicas e instrumentos a serem utilizados, desde que fundamentados na literatura científica da área, bem como nas normas do Conselho Federal de Psicologia (Conselho Federal de Psicologia, 2018).

As seções seguintes da Resolução supracitada foram dedicadas ao tema dos testes psicológicos, definição que inclui escalas, inventários, questionários e métodos projetivos/expressivos. São elas: submissão e avaliação de testes ao SATEPSI; submissão ao SATEPSI de versões equivalentes de testes psicológicos aprovados; atualização de normas de testes psicológicos e atualização de estudos de validade de testes psicológicos. Além de primar pela qualidade técnico-científica dos testes, o documento discorre sobre a importância da capacitação de psicólogas e psicólogos para a compreensão, escolha e manejo de testes e técnicas para a realização da Avaliação Psicológica. Neste sentido, destaca-se a relevância da formação dos profissionais enquanto responsabilidade dos cursos de Psicologia, argumento que será retomado adiante, e do aprimoramento profissional que deve ser uma busca constante dos psicólogos e psicólogas (Hutz, 2015). Por fim, a última parte da Resolução nº 009/2018 trata da justiça e proteção dos direitos humanos na Avaliação Psicológica. Neste item, o CPF define a conduta ética e justa necessária aos profissionais de Psicologia durante todo o processo da Avaliação Psicológica.

Esta é uma temática essencial por atravessar muitos campos da atuação profissional de psicólogas e psicólogos. Noronha e Reppold (2010) destacam que seu ensino é um dos principais pontos da formação em Psicologia, que deve formar profissionais capacitados(as) a utilizar os recursos da Avaliação Psicológica para a compreensão do fenômeno humano e não como um fim em si mesma. Por esta razão, faz-se necessário dar sequência nas pesquisas dedicadas a melhorar a compreensão e desenvolvimento da área na ciência psicológica buscando elucidar seus fundamentos teóricos e conceituais, fortalecer seus aspectos éticos, teóricos e metodológicos, incentivar a construção de instrumentos, capacitar a escolha de

técnicas e estimular a visão global do processo e dos elementos oriundos dos instrumentos psicológicos.

Diante do exposto, o objetivo geral da presente pesquisa consistiu em caracterizar o ensino da Avaliação Psicológica no Estado de São Paulo a partir dos Planos de Ensino (PEs) de disciplinas teóricas obrigatórias relacionadas à área. O objetivo específico do estudo foi realizar a análise de conteúdo, quantitativa e qualitativa, dos programas dos referidos planos.

Método

Participantes

Participaram da presente pesquisa um total de 31 Instituições de Ensino Superior (IES) com cursos de Psicologia aprovados pelo Ministério da Educação (MEC). Na Tabela 1 é apresentado o agrupamento das instituições de acordo com a categoria administrativa adotada pelo MEC.

Tabela 1. Frequência dos tipos de administração das IES

Administração	N	%	Tipos	N	%
Privada	20	64.6	Sem fins lucrativos	10	32.3
			Com fins lucrativos	10	32.3
Pública	9	29.0	Municipal	4	12.9
			Estadual	3	9.7
			Federal	2	6.4
Especial	2	6.4	-	2	6.4
Total	31	100.0	-	31	100.0

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados disponíveis na página eletrônica do MEC (<http://portal.mec.gov.br/instituicoes-credenciadas>).

Os dados apresentados na Tabela 1 permitem observar que a maior parte das instituições participantes são privadas (64,5% - N=20), seguido das instituições públicas (29% - N=9) e especiais (6,4% - N=2). É importante elucidar que o MEC classifica como ‘Especial’ a instituição de ensino público em estabelecimento oficial que se enquadra no Art. 242 da Constituição Federal de 1988. O Art. 206, inciso IV, do referido documento prevê a gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais. Contudo, o Art. 242 abre exceção para os estabelecimentos públicos municipais que cobravam mensalidade até o momento de sua promulgação, mantendo o direito das instituições à cobrança. Isto é, as IES criadas por lei - estadual ou municipal - e que não fossem total ou preponderantemente mantidas com recursos públicos poderiam seguir no mesmo regime (Constituição da República Federativa do Brasil, 1988). Já aquelas criadas posteriormente não poderiam cobrar a taxa.

Ressalta-se também que apenas as IES públicas estaduais e federais participantes são gratuitas. As quatro instituições municipais são consideradas autarquias de direito privado e,

apesar de públicas, cobram taxas de mensalidade e matrícula. Na página eletrônica da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (<https://www.educacao.sp.gov.br/5-coisas-que-voce-precisa-saber-sobre-o-modelo-municipal-de-ensino-superior>) essas IES são definidas como um “modelo intermediário”, formado por autarquias e fundações que seguiriam as mesmas normas das instituições públicas, mas que, diferentemente, arrecadariam recursos por iniciativa própria com a cobrança de mensalidades. Dada a não obrigatoriedade de os municípios proverem ensino superior, as IES públicas municipais podem conseguir autorização judicial para efetuar a cobrança.

Quanto à localização das IES participantes, a Tabela 2 traz a frequência da distribuição das mesmas pelas regiões do Estado.

Tabela 2. Localidade das IES

Localidade	N	%
Interior	27	81.8
Capital	4	12.1
Grande SP	1	3.0
Litoral	1	3.0
Total	33*	100.0

Nota:

* Duas das 31 instituições participantes possuem cursos de Psicologia tanto em campus na capital quanto no interior. Nestes casos foram incluídas nas duas classificações, o que resultou na alteração do total para 33.

A maior concentração de IES participantes é no interior do Estado de São Paulo (81,8% - N=27), conforme observado na Tabela 2. Desse montante, quatro instituições possuem unidades na capital paulista (12,1%), uma se localiza na Grande São Paulo (3%) e uma no litoral paulista (3%).

Material

Este estudo foi desenvolvido a partir dos Planos de Ensino das disciplinas obrigatórias relacionadas à área da Avaliação Psicológica dos cursos de graduação em Psicologia. Estes consistem em documentos completos que contêm a programação das atividades pedagógicas e planejamento dos conteúdos do curso. Os planos analisados apresentaram estrutura similar contendo uma primeira parte informativa com os dados da disciplina (como nome da instituição

e da disciplina, docente responsável, carga horária, semestre letivo, entre outros), ementa, objetivos, conteúdo programático, metodologia, critérios de avaliação e, por fim, a bibliografia. Alguns planos de ensino contaram ainda com seções extras, como por exemplo, cronograma, atividades complementares, competências, projetos, observações etc. É importante ressaltar que as disciplinas optativas e/ou eletivas, assim como as relativas aos estágios em Avaliação Psicológica não foram incluídas neste estudo. Isso porque apenas duas IES forneceram os documentos das disciplinas de Estágio Supervisionado e nenhuma concedeu planos de disciplinas optativas ou similares. Dessa maneira, não se obteve material suficiente para realizar esta análise.

Foram coletados 121 Planos de Ensino pertencentes às 31 instituições participantes. Como duas delas apresentam mais de um curso de Psicologia distintos entre si, foram incluídos 33 cursos de Psicologia na análise. Além disso, três IES não enviaram todos os Planos de Ensino relativos aos conteúdos de Avaliação Psicológica por serem cursos recém-criados. Nestes casos foram encaminhados apenas aqueles referentes às disciplinas já ministradas até a data da coleta. Um plano de ensino foi excluído da análise de conteúdo programático por apresentar uma parte referente à disciplina da área de Avaliação Psicológica e outra parte com conteúdos referentes a outra disciplina do curso de Psicologia.

Procedimentos

O primeiro passo da investigação consistiu no levantamento das IES do Estado de São Paulo no portal do MEC, disponibilizado na internet (<https://emec.mec.gov.br/emec/nova-index/consulta-avancada>). A busca realizada teve como filtro os cursos de Psicologia com status “em atividade” na referida plataforma online. Foram identificadas 123 IES com cursos de Psicologia ativos no estado. Aqui, o critério de inclusão adotado foi o código da instituição apresentado pelo MEC. IES com códigos e coordenações de curso diferentes foram contatadas individualmente. Os passos deste procedimento de coleta serão detalhados a seguir.

Levantada a lista de cursos, prosseguiu-se com a checagem dos dados apresentados na página oficial do MEC com aqueles disponibilizados nas páginas virtuais das instituições pesquisadas. As informações interessadas foram nome do(a) coordenador(a) do curso, endereço eletrônico, número de telefone da instituição, matriz curricular e planos de ensino. A busca direta nos portais dos cursos de Psicologia teve o intuito de mapear, além do contato das(os) coordenadoras(es), as disciplinas que apresentavam conteúdos relativos ao ensino de Avaliação Psicológica por meio da consulta às matrizes e grades curriculares neles

encontradas. No caso das IES que disponibilizam publicamente os planos de ensino das disciplinas em suas páginas, a busca foi encerrada nesta fase, pois os dados foram coletados por meio do acesso ao documento na rede.

A partir do acesso aos sites das instituições foram reunidos os planos de 7 IES. Nos casos em que os planos de ensino não se encontravam disponíveis para consulta pública, iniciou-se o contato com as(os) professoras(es) coordenadoras(es). Ao total foram realizadas 5 tentativas de contato, via e-mail e telefone, com as coordenações de curso. Todas as instituições cadastradas no Estado de São Paulo receberam um convite por e-mail para participação na pesquisa, contendo uma breve explanação sobre seus objetivos e a importância da adesão para sua viabilização e fortalecimento da área, bem como uma solicitação de envio dos planos de ensino relativos aos conteúdos de Avaliação Psicológica. A Figura 1 sistematiza os passos adotados no procedimento de coleta de dados da presente pesquisa.

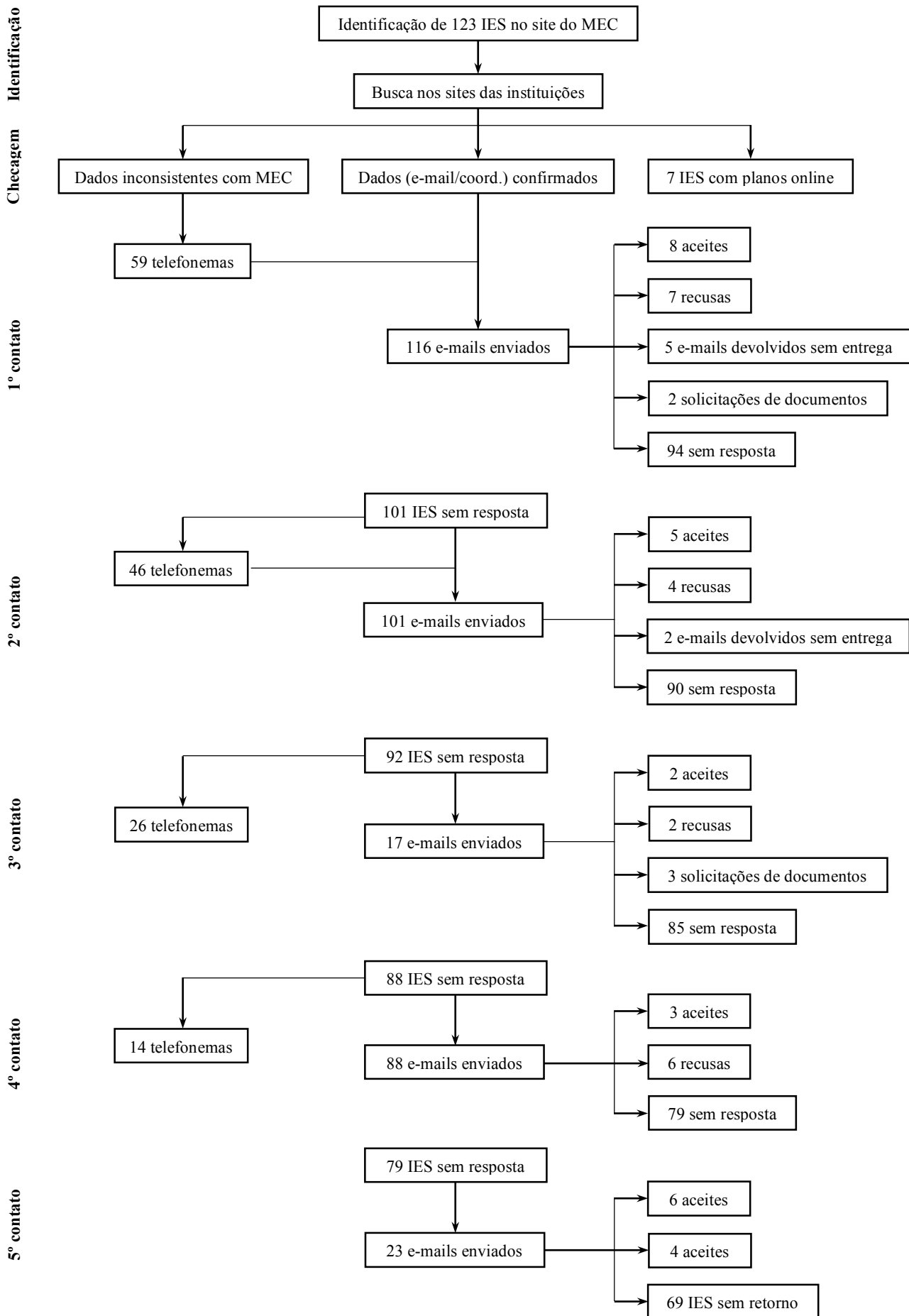


Figura 1. Passo a passo dos procedimentos de coleta

Como citado anteriormente, após a identificação das IES e checagem dos dados nos portais das mesmas, foram estabelecidas 5 tentativas de contato com as coordenações dos cursos. Em 59 casos os dados disponíveis no portal MEC eram incompatíveis com os apresentados nos sites das entidades. Assim, na primeira tentativa de contato foram efetuadas 59 ligações para aquelas que não disponibilizavam o endereço eletrônico do(a) responsável pelo curso, ou apresentavam e-mail e/ou nome do(a) coordenador(a) divergente aos constatados pelo MEC. Durante o primeiro contato por telefone nas Coordenações de Curso e Departamentos de Psicologia buscou-se confirmar as(os) atuais coordenadoras(es) de curso, seus e-mails oficiais e a possibilidade de conversar diretamente com as(os) mesmas(os). Em seguida foram encaminhados os e-mails convite para 116 IES para apresentação da pesquisa e solicitação de participação.

Após corridos os 15 dias estipulados para o envio das respostas, verificou-se uma baixa taxa de retorno. Diante disso, os passos para coleta de dados foram sendo repensados conforme julgou-se necessário. A proposta inicial, como já mencionado, consistiu em identificar as IES, realizar busca de PEs nas plataformas online e entrar em contato com as coordenadorias de curso por e-mail solicitando a colaboração das(os) coordenadoras(es) para o encaminhamento dos planos. Contudo, após a primeira tentativa de contato obteve-se apenas 8 aceites, 7 recusas, 2 solicitações de documentos (projeto de pesquisa e/ou documento assinado pela Professora Orientadora responsável pela pesquisa) e 5 e-mails devolvidos por estarem incorretos. Por esta razão, novas etapas de comunicação foram sendo incluídas aos procedimentos.

Para a segunda tentativa de contato buscou-se padronizar os procedimentos e 46 telefonemas foram realizados para as instituições que ainda não haviam sido contatadas por este meio, com exceção daquelas que aceitaram participar em resposta ao primeiro e-mail encaminhado. Lembrando que nem todos os contatos via telefone foram bem sucedidos. Por conseguinte, uma nova leva com 101 e-mails foi enviada. Como resultado da segunda tentativa obteve-se mais 5 aceites, e 4 recusas e 2 e-mails devolvidos. Dessa forma, totalizavam até o momento 20 IES participantes (7 com planos disponíveis para consulta pública) e 11 recusas.

A terceira tentativa de contato contou com 26 telefonemas, apenas para as instituições em que não havia sido estabelecido contato por esta via de comunicação ainda e para aquelas que haviam solicitado retorno posterior para conversa direta com a(o) responsável pelo curso. Além disso foram encaminhados 17 e-mails, resultantes das ligações efetuadas. Nesta etapa mais 2 aceites, 2 recusas e 3 solicitações de documentos foram obtidos. Finda esta fase a pesquisa contava com 22 IES participantes (7 com documentos online) e 13 recusas.

A baixa adesão motivou o planejamento da quarta tentativa de contato, que consistiu no reenvio de 88 e-mails para todas as instituições que ainda não haviam retornado com uma resposta definitiva. Outros 14 telefonemas foram feitos apenas para as IES que haviam solicitado retorno posterior. O resultado desta etapa contou com 3 aceites e 6 recusas, somando 25 do primeiro e 19 do último.

Por fim, a quinta tentativa de contato foi realizada exclusivamente por e-mail: 23 correspondências deste tipo foram enviadas para as IES que haviam concordado em participar, mas não enviaram os planos de ensino, e para as que não encaminharam todos os planos de disciplinas que tratavam da Avaliação Psicológica. Os planos recebidos eram checados com a matriz curricular do respectivo curso e um e-mail era enviado quando constatada a falta de outros planos. Finda a quinta e última tentativa de contato obteve-se mais 6 aceites e 4 recusas.

Ao final foram contabilizadas 24 respostas positivas que culminaram no envio dos planos de ensino por parte das Coordenações de Curso⁷, totalizando 31 instituições participantes (quando somadas às 7 que disponibilizam seus planos de ensino na internet), ou seja, a presente pesquisa contou com apenas 25,2% das IES do Estado de São Paulo, uma adesão considerada baixa. A pesquisa contou também com 23 respostas negativas, sendo que as principais justificativas foram: (a) cursos novos que ainda não haviam ministrado disciplinas relativas ao ensino de Avaliação Psicológica; (b) reestruturação da grade curricular do curso; (c) política de não divulgação de documentos da instituição e (d) pedidos encaminhados pelas(os) coordenadoras(es) e negados pelos(as) reitores(as) das IES.

Das 69 instituições restantes, 3 responderam que haviam solicitado autorização de algum representante de instância superior da IES, mas não deram retorno aos e-mails posteriores; 8 se comprometeram a encaminhar os planos de ensino, mas não o fizeram e tampouco responderam aos e-mails seguintes e 58 não forneceram nenhum tipo de resposta. As informações obtidas foram analisadas e os dados obtidos são apresentados a seguir.

⁷ Agradecemos a colaboração e participação de todas(os) as(os) Professoras(es) Coordenadoras(es) de Curso que viabilizaram a produção deste estudo.

Resultados

O presente estudo objetivou analisar os programas de disciplinas relativas à Avaliação Psicológica. Por esta razão foram apresentadas nesta seção, em primeiro lugar, as estatísticas descritivas das formas como tais disciplinas foram ministradas e, em segundo lugar, os resultados oriundos da análise e categorização de seus conteúdos programáticos. Na Tabela 3 foi apresentada a frequência da quantidade de disciplinas de Avaliação Psicológica por curso.

Tabela 3. Frequência do número de disciplinas de Avaliação Psicológica

Número de disciplinas	N	%
1	2	6.1
2	7	21.2
3	9	27.3
4	7	21.2
5	3	9.1
6	3	9.1
7	-	-
8	1	3.0
9	1	3.0
Total	33*	100.0

Nota:

* O total aqui refere-se à quantidade de cursos abarcados na pesquisa e não à quantidade de IES participantes. Duas instituições públicas contam com mais de um curso de Psicologia ativo. Seus Planos Pedagógicos e Matrizes Curriculares são independentes um do outro. Por esta razão, a análise de conteúdo que será apresentada a seguir também foi realizada com base nestes 33 cursos de Psicologia.

Como se pode observar, a maior parte dos cursos oferece três disciplinas (27,3% - N=9), sendo logo seguida pelos cursos que ofertam duas (21,2% - N=7) e quatro disciplinas (21,2% - N=7). Ressalta-se, ainda, os cursos que apresentam 5 e 6 disciplinas da área (9,1% - N=3, cada). Como anteriormente mencionado, a pesquisa analisou um total de 121 planos de ensino. No que tange a modalidade de ocorrência destas disciplinas, a grande maioria, 92,6% (112), foi ofertada de forma semestral e apenas nove (7,4%) foram ministradas de forma anual. É importante ressaltar que as disciplinas anuais foram computadas apenas no segundo semestre de sua duração, quando todo seu conteúdo pôde ser aprendido pelos(as) alunos(as). A designação de nomes destas disciplinas pode ser verificada na Tabela 4.

Tabela 4. Frequência da nomenclatura de disciplinas de Avaliação Psicológica

Nome da Disciplina	(continua)	
	N	%
Técnicas de Exame Psicológico	20	16.5
Avaliação Psicológica	15	12.4
Psicodiagnóstico	11	9.1
Avaliação Psicológica e Práticas Integrativas	8	6.6
Técnicas de Avaliação Psicológica	6	5.0
Laboratório de Técnica de Exame Psicológico	4	3.3
Técnicas de Observação e Entrevista	4	3.3
Avaliação da Personalidade	3	2.5
Atividades Práticas em Escalas de Personalidade e Testes Projetivos em Psicologia	2	1.7
Escalas de Personalidade e Testes Projetivos em Psicologia	2	1.7
Psicometria	2	1.7
Técnicas de Exame e Avaliação Psicológica	2	1.7
Técnicas de Exame Psicológico: Instrumentos Psicométricos	2	1.7
Testes Psicológicos	2	1.7
Aprendizagem e Cognição	1	0.8
Atividades Práticas em Escalas Diagnósticas de Inteligência	1	0.8
Atividades Práticas em Testes Projetivos em Psicologia III	1	0.8
Avaliação da Inteligência	1	0.8
Avaliação de Interesses e Habilidades	1	0.8
Avaliação dos Processos Cognitivos	1	0.8
Avaliação Individual das Funções Intelectuais	1	0.8
Avaliação Psicológica: Análise da Inteligência	1	0.8
Avaliação Psicológica: Análise da Personalidade	1	0.8
Avaliação Psicológica I: Fundamentos para construção de instrumentos	1	0.8
Avaliação Psicológica II: Inteligência e Cognição	1	0.8
Avaliação Psicológica III: Personalidade	1	0.8
Avaliação Psicológica Aplicada e Psicodiagnóstico	1	0.8
Bases Epistemológicas da Avaliação Psicológica	1	0.8
Diagnóstico Psicológico	1	0.8
Escalas Diagnósticas de Inteligência	1	0.8
Escalas e Testes Psicológicos	1	0.8
Fundamentos Teóricos e Técnicos da Avaliação Psicológica	1	0.8
Introdução às Técnicas de Exame Psicológico	1	0.8
Introdução às Técnicas Projetivas Gráficas	1	0.8
Introdução às Técnicas Projetivas Rorschach, TAT e CAT	1	0.8
Metodologias de Avaliação Psicológica do adulto e idoso	1	0.8
Metodologias de Avaliação Psicológica da criança e adolescente	1	0.8
Metodologias em Avaliação Psicológica	1	0.8
Métodos Projetivos	1	0.8
Observação e Entrevista	1	0.8
Processos Psicodiagnósticos	1	0.8
Psicodiagnóstico e Aconselhamento	1	0.8
Técnicas de Avaliação Psicológica II: Teoria e Prática	1	0.8
Técnicas de Entrevista	1	0.8

Nome da Disciplina	(conclusão)	
	N	%
Técnicas de Entrevista	1	0.8
Técnicas de Exame Psicológico III: Instrumentos Projetivos	1	0.8
Técnicas de Exame Psicológico IV: Instrumentos Expressivos	1	0.8
Técnicas de Observação	1	0.8
Técnicas de Avaliação da Personalidade	1	0.8
Técnicas Projetivas: Teoria e Prática	1	0.8
Teorias e Testes Projetivos	1	0.8
Testes Projetivos em Psicologia III	1	0.8
Triagem e Psicodiagnóstico	1	0.8
Total	121	100.0

Dentre 121 planos de ensino constatou-se, como demonstrado na Tabela 4, a adoção de 53 nomes distintos. Os mais recorrentes foram Técnicas de Exame Psicológico, com 20 incidências (16,5%), Avaliação Psicológica com 15 (12,4%) e Psicodiagnóstico com 11 (9,1%). Chama atenção a quantidade de disciplinas cuja nomenclatura apresentou incidência única, 40 (33,1%). A frequência da carga horária das referidas disciplinas pode ser constatada na Tabela 5.

Tabela 5. Frequência da carga horária das disciplinas de Avaliação Psicológica

Carga Horária	N	%
30	2	1.7
34	3	2.5
36	2	1.7
38	2	1.7
40	16	13.2
44	2	1.7
50	4	3.3
60	21	17.4
66	4	3.3
68	2	1.7
72	10	8.3
75	1	0.8
76	2	1.7
80	38	31.4
88	2	1.7
90	4	3.3
116	1	0.8
120	3	2.5
160	2	1.7
Total	121	100.0

O intervalo de 60 a 80 horas é o que concentra a maior quantidade de disciplinas, 78 no total. Destas, 38 (31,4%) são ministradas em 80 horas, 21 (17,4%) em 60 horas, 10 (8,3%) em 72 horas, 4 (3,3%) em 66 horas, 2 (1,7%) em 68 horas, 2 (1,7%) em 76 e uma (0,8%) em 75 horas. Destaca-se também as disciplinas que contam com 40 horas (13,2% - N=16), 50 horas (3,3% N=4) e 90 horas (3,3% N=4). A distribuição da carga horária total e do número de disciplinas por semestre foram apresentados na Tabela 6 e revelam como as disciplinas relativas ao ensino de Avaliação Psicológica foram ofertadas.

Tabela 6. Frequência da carga horária total e distribuição das disciplinas de Avaliação Psicológica por semestre

Semestre	Disciplinas		Carga Horária Total	
	N	%	N	%
1º	1	0.8	40	0.5
2º	6	5.0	374	4.6
3º	10	8.3	770	9.4
4º	24	19.8	1643	20.0
5º	29	24.0	2002	24.4
6º	26	21.5	1692	20.6
7º	15	12.4	964	11.7
8º	10	8.3	732	8.9
Total	121	100.0	8217	100.0

A partir dos dados expostos na Tabela 6, verifica-se que a maior parte dos cursos de Psicologia optam por ofertar as disciplinas de Avaliação Psicológica na fase mais intermediária do curso, ou seja, entre o quarto e o sexto semestre. Os planos de ensino analisados contaram com 24 (19,8%) disciplinas ministradas quarto semestre, 29 (24%) no quinto semestre e 26 (21,5%) no sexto semestre. As cargas horárias totais corresponderam, como esperado, à distribuição das disciplinas de forma mais concentrada no meio do curso. Em 121 planos, com uma carga horária total de 8.217 horas, 1.643 (20%) horas foram atribuídas no quarto semestre, 2.002 (24,4%) horas no quinto e 1.692 (20,6%) horas no sexto semestre. Destaca-se também os dados do sétimo semestre: 15 disciplinas ministradas (12,4%) com um total de 964 horas (11,7%).

Finda a análise sobre os dados informativos dos Planos de Ensino, prosseguiu-se com a análise dos conteúdos programáticos. Buscando sua melhor compreensão, foram criadas 18 categorias, cujas definições e exemplos encontram-se dispostos no Quadro 1.

Quadro 1. Categorias criadas para análise dos conteúdos programáticos dos planos de ensino

(continua)

Categoria	Descrição	Exemplos
Histórico	Reuniu os conteúdos dedicados à história e contextualização da origem da Avaliação Psicológica, do Psicodiagnóstico, da Testagem e dos Tipos de Testes Psicológicos.	História da Avaliação Psicológica. / Antecedentes históricos do psicodiagnóstico. / Testes psicológicos: contexto histórico. / Histórico das Técnicas Projetivas
Ética e Legislação	Incluiu os tópicos relacionados aos princípios e cuidados éticos durante a Avaliação Psicológica, o Psicodiagnóstico, o uso de testes e técnicas. Além disso, abarcou temas como as normas e critérios para produção de documentos decorrentes da Avaliação Psicológica; a legislação pertinente à área; as citações ao CFP, SATEPSI e Resoluções do Conselho.	Ética na Avaliação Psicológica. / Psicodiagnóstico: cuidados éticos. / Princípios éticos dos testes. / Documentos técnicos pertinentes à Avaliação Psicológica. / Legislação pertinente à avaliação psicológica (ênfase nas Resoluções do CFP).
Contextos da Avaliação Psicológica	Categoria relacionada ao ensino dos diversos contextos de aplicabilidade da Avaliação Psicológica. Agrupou itens como: contexto clínico, da saúde, organizacional, educacional, forense, carreira, esporte, trânsito, porte de armas, psicotécnico, social, neuropsicológica.	Os diferentes contextos da Avaliação Psicológica. / A avaliação psicológica em diferentes contextos: Trabalho; Trânsito; Prisional; Porte de armas; Queixa escolar; Saúde, cirurgia bariátrica, esterilização; Esporte. Neuropsicológica.
Diferentes Abordagens da Psicologia	Esta categoria abarcou tanto as diferentes abordagens da Psicologia sobre a Avaliação Psicológica, quanto as diversas abordagens/modelos do Psicodiagnóstico.	Análise do comportamento. / Freud e o conceito de projeção. / Psicodiagnóstico psicanalítico. / O Modelo Compreensivo. O Modelo Fenomenológico-Existencial.
Populações Estudadas	Englobou os conteúdos das unidades que enfatizavam faixas etárias específicas ou grupos populacionais delimitados tanto no desenvolvimento da Avaliação Psicológica e Psicodiagnóstico, quanto no uso de instrumentos e técnicas. Grupos estudados: crianças, adolescentes, adultos, idosos, populações atípicas e pessoas com deficiência visual.	Avaliação Psicológica da Criança e do Adolescente: Conceito de infância e adolescência sob a perspectiva desenvolvimental; Avaliação de pessoas com deficiência visual; Psicodiagnóstico com adultos; A Entrevista com idosos.

Definição e Conceituação	Categoria composta pelos itens dos planos dedicados à definição e conceituação da Avaliação Psicológica, do Psicodiagnóstico, de ambos e dos Instrumentos de Avaliação Psicológica. Foram selecionados para este agrupamento além da definição e conceituação, as descrições das características, aspectos técnicos, fundamentos, perspectivas, princípios, diretrizes, introdução, visão geral, competências, problematização e objetivos dos referidos termos.	Definição e âmbitos do psicodiagnóstico. / Caracterização e conceituação do processo de Avaliação Psicológica. / As diferenças entre psicodiagnóstico, avaliação psicológica e testagem. / Psicodiagnóstico-Avaliação Psicológica: Definições e objetivos. / Instrumentos psicológicos: Conceito de instrumentos.
Metodologia	Reuniu temas como planejamento da Avaliação Psicológica e do Psicodiagnóstico (planejar objetivos, etapas para realização, processo passos, encaminhamentos, devolutiva); estratégias (recursos, procedimentos, seleção/uso de instrumentos, métodos e técnicas, execução, etc.); identificação de demandas; integração de dados, estudos de caso e <i>setting</i> (relação terapêutica, contato com paciente, contato inicial, contrato de trabalho etc.).	Avaliação Psicológica: etapas do processo. / Finalização do Processo – Devolutiva. / Estratégias e procedimentos da Avaliação Psicológica. / Psicodiagnóstico: avaliação de demanda. / Integração de dados no psicodiagnóstico. / Estudos de casos sobre avaliação psicológica em diversos contextos. / A relação psicólogo-paciente.
Psicodiagnóstico	Categoria desenvolvida visando a compreensão da forma como o Psicodiagnóstico vem sendo ensinado. Os planos que tratavam do tema foram divididos em: ensino exclusivo do Psicodiagnóstico; abordagem sem diferenciação entre os conceitos de Avaliação Psicológica e Psicodiagnóstico; Psicodiagnóstico entendido como um tipo de Avaliação Psicológica; Avaliação Psicológica e Psicodiagnóstico tratados de maneira diferenciada e Avaliação Psicológica, Psicodiagnóstico e Testes Psicológicos diferenciados pelos planos.	As aplicações do psicodiagnóstico em diferentes contextos: hospitalar, serviços públicos de saúde. / Caracterização geral: Exame Psicológico, Psicodiagnóstico e Avaliação psicológica.
Construtos estudados na Avaliação Psicológica	Agrupou todos os itens que se dedicavam à investigação de um construto, uma determinada característica psicológica. Os construtos encontrados nos planos de	Avaliação da personalidade e contextualização dos testes projetivos. / A Avaliação Psicológica com ênfase na Inteligência/cognição:

(continua)

	ensino foram: inteligência, personalidade, cognição e outras variáveis como interesses e habilidades, por exemplo.	características e contextos. / Avaliação objetiva de habilidades.
Técnicas da Avaliação Psicológica	Envolveu os temas presentes nos planos de ensino relativos às técnicas utilizadas durante o processo de Avaliação Psicológica: definição, fundamentos teóricos e conceituais, objetivos, tipos, técnica, aplicação, manejo, finalidades, etapas, registro dos dados etc.	Entrevista: Definições e tipos, Registro da entrevista. / O processo de triagem. Entrevistas iniciais e de anamneses. / Observação: Compreensão e formulação de hipóteses. / <i>Rapport</i> para aplicação dos testes. / Técnicas (Caixa de Espelhos, Desenho Estória).
Testes Psicológicos	Abarcou os tópicos dos programas dedicados aos aspectos teóricos dos Testes Psicológicos, tais como: Natureza, origem e características dos Testes (que também incluiu funções, fundamentos, objetivos, conceituação, classificação, definição, contextualização dos testes, tipos de testes etc.); Procedimentos para uso dos testes (critérios para classificação, definição e escolha dos testes, seleção prática, aplicação, correção, normas, interpretação, simulação, estudo de caso etc.) e, por fim, Psicometria, isto é, as características psicométricas dos testes (padronização, normatização, validade, precisão, adaptação, tradução, construção de instrumentos, uso de medidas na AP, mensuração, estatística, análise de itens etc.).	Natureza, origem das Técnicas de Exame Psicológico. / Fundamentos das técnicas de exame psicológico. / Tipos de testes psicológico. / Aplicação de testes. / Critérios para classificação, definição e escolha das diversas técnicas. / Seleção e definição de testes e técnicas. / Procedimentos para o uso de instrumentos psicológicos. / Parâmetros da Construção de Instrumentos de avaliação psicológica: Padronização; Validade; Fidedignidade. / Psicometria e o estabelecimento da Psicologia como ciência.
Testes Objetivos de Habilidades Cognitivas	Incluiu conceitos, fundamentação teórica, procedimentos de aplicação e correção, avaliação, integração dos dados, interpretação e redação dos resultados de testes objetivos específicos para investigação de habilidades cognitivas como, por exemplo, de inteligência, atenção, memória entre outros.	Administração, correção, interpretação e redação de resultados de testes psicológicos e outras técnicas de avaliação cognitiva: As Matrizes Progressivas de Raven. / Instrumentos para avaliação da inteligência: WISC IV, WAIS III, R1. / Técnicas de avaliação da atenção e rastreio: Teste AC, Teste d2

(continua)

Testes Expressivos de Habilidades Cognitivas	Contemplou os conceitos, fundamentação teórica, procedimentos de aplicação e correção, avaliação, integração dos dados, interpretação e redação dos resultados de testes expressivos específicos para investigação de habilidades cognitivas como, por exemplo, de inteligência, atenção, memória entre outros.	Instrumentos de Avaliação Intelectual: DFH Escala Sisto – Fundamentação teórica, técnica de aplicação, mensuração e interpretação. / Estudo e aplicação do Teste Gestáltico Visomotor de Bender-Sistema de pontuação gradual.
Testes Objetivos de Personalidade/Interesse	Agrupou os conceitos, fundamentação teórica, procedimentos de aplicação e correção, avaliação, integração dos dados, interpretação e redação dos resultados de testes objetivos específicos para investigação da personalidade ou de interesses.	Apresentação e referencial teórico da Bateria Fatorial de Personalidade (BFP). / Administração, correção, interpretação e redação de resultados de testes psicológicos e outras técnicas de avaliação de interesses e de habilidades: Instrumentos de avaliação de habilidades, AIP – Avaliação dos Interesses.
Testes Expressivos e/ou Projetivos de Personalidade/Interesse	Englobou conceitos, fundamentação teórica, procedimentos de aplicação e correção, avaliação, integração dos dados, interpretação e redação dos resultados de testes projetivos e expressivos específicos para investigação da personalidade ou de interesses.	Administração, correção, interpretação de testes psicológicos e outras técnicas de avaliação de interesses e de habilidades: BBT-Br Teste de Fotos de Profissões brasileiro. / Teste de personalidade: Pfister; Palográfico; TAT; Rorschach. / Teste H-T-P: fundamentação, aplicação e análise.
Testes Não Especificados	Reuniu todas as menções a testes nos planos de ensino que não continham informações suficientes para serem alocadas nas categorias de testes específicos, como por exemplo, os programas que citaram o tipo de teste, mas não fornecia o nome do instrumento ou o construto a ser investigado. Ou então a única informação levantada era o construto avaliado.	Testes segundo o construto da capacidade Intelectual (aplicação e correção / interpretação). / Bateria neuropsicológica, escalas de desenvolvimento. / Questionários e escalas de atitude como instrumentos psicológicos: diferentes tipos.
Comportamento do Psicólogo	Incluiu tópicos relacionados à conduta do profissional de Psicologia durante a Avaliação Psicológica, Psicodiagnóstico e aplicação de testes.	A subjetividade e a neutralidade do psicólogo. / O papel do examinador. / Recursos que o psicólogo deve ter para realizar psicodiagnóstico.

(conclusão)

Conteúdos Diversos	Agrupou temas diversificados que não puderam ser agrupados em nenhuma outra categoria.	O problema da medida nas Ciências; Diferenças individuais e processos psicológicos. / Introdução ao simbolismo: símbolo, signo. Uso, funções e lógica.
--------------------	--	--

As categorias criadas foram pensadas a partir da frequência dos temas abarcados pelos planos de ensino, com o intuito de auxiliar na caracterização do ensino da Avaliação Psicológica no Estado de São Paulo.

Para melhor compreender a forma como a Avaliação Psicológica vem sendo ensinada, optou-se por um olhar mais aprofundado em cada uma das categorias desenvolvidas. Como destacado anteriormente, a pesquisa contou com a análise de 121 Planos de Ensino. Um dos documentos foi excluído da análise dos programas por apresentar esta seção do documento referente a outra disciplina (fora da área da Avaliação Psicológica) do curso. Os dados informativos da disciplina diziam respeito ao ensino de Avaliação Psicológica e foram computados na análise descritiva apresentada. Dessa forma, os resultados sistematizados a seguir são relativos aos 120 planos incluídos na análise. A primeira categoria apresentada, Histórico, foi constatada em 53 planos de ensino (44,2% do total de PEs analisados). Os temas mais abordados nestes planos estão expostos na Tabela 7.

Tabela 7. Frequência de temas relativos à categoria Histórico

Temas	N	%	Semestre de ocorrência
Avaliação Psicológica	26	44.8	2 a 8
Tipos de teste/método	9	15.5	3; 4; 6; 7
Testes Psicológicos; Testagem	8	13.8	3 a 6
Testes específicos	5	8.6	3 a 5; 7
Psicodiagnóstico	4	6.9	4; 5; 7; 8
Avaliação Psicológica por construto	4	6.9	4 a 6
Testes por construto	2	3.4	3 a 4
Total*	58	100.0	-

Nota:

* Os totais apresentados nas tabelas de temas referentes às categorias dos programas correspondem à quantidade de vezes que tais temas aparecem no grupo de planos que abordam a categoria representada. Portanto, os valores totais dos temas não necessariamente acompanharão o número de Planos de Ensino, visto que um único plano pode apresentar mais de um tema relacionado à categoria analisada.

Observa-se que o Histórico da Avaliação Psicológica foi o tema mais recorrente, tendo aparecido 26 vezes (44,8%). Com 9 menções (15,5%) encontra-se o Histórico por Tipo de Teste/Método (psicométrico e/ou projetivo). O Histórico dos Testes Psicológicos/Testagem foi registrado 8 vezes (13,8%). O Histórico de Testes Específicos foi abordado em 5 planos (8,6%) distintos, os testes mencionados foram: Bateria Fatorial de Personalidade (BFP); Desenho da Figura Humana (DFH); Escala de Maturidade Mental Colúmbia (CMMS); Matrizes Progressivas Avançadas de Raven (APM-RAVEN); Escala Wechsler de Inteligência para Crianças (WISC-IV); Questionário de Avaliação Tipológica (QUATI); Rorschach; Teste Gestáltico Visomotor de Bender; Testes de Apercepção Temática (TAT) e Teste de Zulliger. Por fim, as menores aparições de temas foram Histórico do Psicodiagnóstico (6,9% - N=4), Histórico da Avaliação Psicológica por Construto (inteligência/personalidade) (6,9% - N=4) e Histórico de Testes por Construto (3,4% - N=2). Os temas relativos a esta categoria foram observados do 2º ao 8º semestre, mas concentraram-se principalmente no 4º e no 5º semestres.

Os temas referentes à categoria Ética e Legislação foram encontrados em 65 planos (54,2% de 120 PEs) e encontram-se expostos na Tabela 8.

Tabela 8. Frequência de temas relativos à categoria Ética e Legislação

Temas	N	%	Semestre de ocorrência
Produção de Documentos	47	34.3	2 a 8
CFP/SATEPSI	26	19.0	2 a 8
Resoluções CFP	9	6.6	1; 3 a 6
-	-	-	-
Ética na Avaliação Psicológica	31	22.6	2 a 8
Ética no uso de testes	16	11.7	3 a 8
Ética no Psicodiagnóstico	3	2.2	7 a 8
Ética na Avaliação Psicológica por construto	3	2.2	5; 7
Ética no uso de técnicas	2	1.5	2
Total	137	100.0	-

A Produção de Documentos oriundos da Avaliação Psicológica foi o tema mais recorrente, como se pode averiguar na Tabela 8. Dos 47 planos (34,3%) que abordaram o tema, 4 mencionaram o CFP acerca dos critérios e normas para sua elaboração e 7 citaram Resoluções específicas que regulamentam a produção documental da área. Um total de 26 planos (19%) mencionaram o CFP/SATEPSI como fonte norteadora da Avaliação Psicológica e do uso de Testes Psicológicos. Resoluções específicas do CFP foram citadas 9 vezes (6,6%). As

resoluções cujo ensino estava programado nos planos analisados foram: (1) Resolução CFP 007/2003, que institui o Manual de Elaboração de Documentos Escritos produzidos pelo psicólogo, decorrentes de Avaliação Psicológica; (2) Resolução CFP 008/2010, que dispõe sobre a atuação do psicólogo como perito e assistente técnico no Poder Judiciário; (3) Resolução CFP 009/2018, que estabelece diretrizes para a realização de Avaliação Psicológica no exercício profissional da psicóloga e do psicólogo e regulamenta o Sistema de Avaliação Psicológica – SATEPSI e (4) Resolução CFP 006/2019, que institui regras para elaboração de documentos escritos produzidos pela(o) psicóloga(o) no exercício profissional e revoga Resolução CFP 007/2003 e Resolução CFP 004/2019⁸.

Ainda sobre a categoria Ética e Legislação, o tema da Ética na Avaliação Psicológica foi o mais referido nos quesitos relativos à ética (22,6% - N=31). Já a Ética no uso de Testes Psicológicos obteve 16 aparições (11,7%), seguida de Ética no Psicodiagnóstico e Ética na Avaliação Psicológica por construto (inteligência, personalidade e neuropsicológica), com 3 menções cada (2,2%) e, por último, Ética no uso de técnicas (1,5% - N=2). Os temas relacionados a esta categoria foram apurados do 2º ao 8º semestre do curso, preponderando no 4º e no 5º, mas ainda com expressividade do 6º ao 8º semestre.

Os Contextos da Avaliação Psicológica foram retratados em 21 planos (17,5% de 120 PEs). Sua frequência foi apresentada na Tabela 9, onde é possível observar os contextos específicos mencionados nos planos, bem como a quantidade de programas que abordou o tema sem especificação.

⁸ Apenas um plano de ensino citou a Resolução do CFP mais recente acerca do estabelecimento de normas para elaboração de documentos provenientes da AP. É importante ressaltar que tal resolução foi promulgada em 29 de março de 2019 e tinha 90 dias para entrar em vigor a partir da data de divulgação. O período de coleta de dados da presente pesquisa foi de março a julho de 2019, o que explica o baixo número de menções à nova resolução e as menções à Resolução revogada (CFP 007/2003) com o estabelecimento da nova.

Tabela 9. Frequência de temas relativos à categoria Contextos da Avaliação Psicológica

Contextos	N	%	Semestre de ocorrência
Clínica	10	13.2	3 a 8
Saúde	8	10.5	3 a 6; 8
Educação	8	10.5	3 a 6; 8
Forense	8	10.5	3 a 6; 8
Trânsito (CNH)	7	9.2	3 a 6
Organizações	6	7.9	3 a 6; 8
Carreira	5	6.6	3; 4; 6
Porte de armas	4	5.3	3; 5; 6
Neuropsicológica	3	3.9	3; 6
Esporte	2	2.6	4;6
Bariátrica	1	1.3	6
Esterilização	1	1.3	6
Prisional	1	1.3	6
Psicotécnico	1	1.3	6
Concursos	1	1.3	3
Social	1	1.3	3
Sem especificação	9	11.8	3 a 8
Total	76	100.0	-

De acordo com a Tabela 9, o contexto clínico foi o mais citado, 10 vezes (12,2%), seguido de Saúde, Educação e Forense, com 8 abordagens cada (10,5%). Por conseguinte, Trânsito (9,2% - N=7), Organizações (7,9% - N=6), Carreira (6,6% - N=5), Porte de armas (5,3% - N=4), Neuropsicológica (3,9% - N=3) e Esporte (2,6% - N=2) foram os contextos tratados. Bariátrica, Esterilização, Prisional, Psicotécnico, Concursos e Social contaram com apenas uma menção cada (1,3%). Por fim, 9 planos (11,8%) não especificaram os contextos que a disciplina iria abordar. A ocorrência dos temas relacionados aos ‘Contextos da Avaliação Psicológica’ foi registrada do 3º ao 8º semestre do curso, estando mais concentrada no 3º, 4º e 6º semestres.

Em relação à categoria Diferentes Abordagens da Psicologia, apenas 11 Planos de Ensino (8,3% de 120 PEs) contavam com seu ensino no decorrer da disciplina. Destes, 2 planos referiam especificamente ao ensino de AP (um de abordagem psicanalítica e o outro de análise comportamental). O restante ocupava-se das diversas abordagens/modelos no Psicodiagnóstico. A Tabela 10 permite observar como essas abordagens foram tratadas pelos planos.

Tabela 10. Frequência de temas relativos à categoria Diferentes Abordagens da Psicologia

Abordagem	N	%	Semestre de ocorrência
Psicanalítica	4	19.0	3; 5; 6; 8
Comportamental	2	9.5	3; 4
Compreensiva	2	9.5	4; 5
Fenomenológica-Existencial	2	9.5	3; 5
Tradicional	2	9.5	4; 8
Em grupo	1	4.8	4
Humanista	1	4.8	3
Interventiva	1	4.8	4
Médica	1	4.8	3
Psicométrica	1	4.8	3
Sem especificação	4	19.0	4; 7; 8
Total	21	100.0	-

As terminologias foram descritas tal qual apresentadas nos Planos de Ensino e os dados da Tabela 10 mostram que 4 planos (19%) não especificaram que tipo de abordagem ou modelos psicodiagnóstico a disciplina retrataria. A abordagem Psicanalítica foi mencionada 4 vezes (19%), a Comportamental, Compreensiva, Fenomenológica-Existencial e Tradicional foram citadas 2 vezes cada (9,5%). Já as abordagens Em grupo, Humanista, Interventiva, Médica e Psicométrica tiveram apenas uma aparição cada (4,8%). Nesta categoria os temas estiveram presentes do 3º ao 8º semestre, com maior concentração no 3º e 4º semestres.

Um tema que mostrou reincidência durante a análise dos planos e mereceu destaque foi a dedicação em especificar a população estudada no ensino da Avaliação Psicológica. A Tabela 11 traz quais grupos foram mencionados na categoria Populações Estudadas, que foram constatados em 17 planos (14,2% dos 120 PEs).

Tabela 11. Frequência de grupos abordados na categoria Populações Estudadas

Grupos	N	%	Semestre de ocorrência
Crianças	9	26.5	3 a 6; 8
Adultos	8	23.5	3 a 5; 7; 8
Adolescentes	7	20.6	4 a 6; 8
Idosos	7	20.6	4; 5; 7
Populações atípicas	1	2.9	4
Pessoas com deficiência visual	1	2.9	4
Diferentes faixas etárias	1	2.9	4
Total	34	100.0	-

O grupo populacional mais citado pelos Planos de Ensino foi o das Crianças, com 9 menções (26,5%), seguido dos Adultos, com 8 aparições (23,5%), dos Adolescentes e Idosos, com 7 menções cada (20,6%). Populações atípicas, Pessoas com deficiência visual e Diferentes faixas etárias apresentaram apenas uma ocorrência cada (2,9%). Os grupos da categoria 'Populações estudadas na Avaliação Psicológica' foram registrados no período do 3º ao 8º semestre, sendo que a maioria se concentrou no 4º e no 5º semestres.

Os principais construtos avaliados, bem como sua frequência nos planos analisados, durante o ensino de Avaliação Psicológica podem ser visualizados na Tabela 12.

Tabela 12. Frequência dos tipos de Construtos Avaliados na Avaliação Psicológica

Construtos	N	%	Semestre de ocorrência
Avaliação da Personalidade	28	45.9	4 a 8
Avaliação da Inteligência	21	34.4	3 a 7
Avaliação da Cognição	9	14.8	4 a 7
Demais Variáveis	3	4.9	4; 5
Total	61	100.0	-

Esta categoria foi constatada em 57 planos (47,5% de 120 PEs), sendo que os construtos mais ensinados foram: Avaliação da Personalidade (45,9% - N=28), Avaliação da Inteligência (34,4% - N=21) e Avaliação da Cognição (14,8% - N=9). Além disso, as demais variáveis obtiveram 3 menções (4,9%). Tais construtos foram estudados do 3º ao 8º semestre, com maior incidência no 4º, 5º e 6º semestres.

Os dados descritos na Tabela 13 dizem respeito à frequência da definição e conceituação de termos importantes no ensino da Avaliação Psicológica nos programas analisados. Itens atribuídos à categoria Definição e Conceituação foram observadas em 46 planos (38,3% de 120 PEs).

Tabela 13. Frequência de temas relativos à categoria Definição e Conceituação

Temas	N	%	Semestre de ocorrência
Avaliação Psicológica	22	44.0	2 a 7
Psicodiagnóstico	12	24.0	3 a 8
Instrumentos de Avaliação Psicológica	9	18.0	3 a 7
Avaliação Psicológica e Psicodiagnóstico	7	14.0	2; 5; 7; 8
Total	50	100.0	-

A Avaliação Psicológica foi definida e conceituada 22 vezes (44%), seguida do Psicodiagnóstico que foi definido e conceituado 12 vezes (24%) nos planos avaliados. Destaca-se que 7 Planos de Ensino definiram e diferenciaram os conceitos de Avaliação Psicológica e Psicodiagnóstico (14%). Já os Instrumentos de Avaliação Psicológica tiveram 9 menções nesta categoria (18%). A ocorrência de temas desta categoria se deu entre o 2º e o 8º semestre, se concentrando no 4º e no 5º semestres. Além de definir e conceituar os termos mais relevantes, os programas também contaram com o ensino de metodologias da Avaliação Psicológica e do Psicodiagnóstico. Os agrupamentos que compuseram a categoria ‘Metodologia’ foram apresentados na Tabela 14 e apareceram em 48 planos (40% dos 120 PEs).

Tabela 14. Frequência de temas relativos à categoria Metodologia

Temas	N	%	Semestre de ocorrência
Planejamento	39	48.1	2 a 8
Estratégias	11	13.6	3 a 8
Identificação das demandas	8	9.9	2; 5 a 8
Estudo de caso	8	9.9	3; 5; 6; 8
<i>Setting</i>	8	9.9	5; 7; 8
Integração de dados	7	8.6	4 a 8
Total	81	100.0	-

É possível observar na Tabela 14 que o Planejamento foi o tema mais recorrente, tendo aparecido 39 vezes (48,1%). Estratégias foi o tema com 11 aparições (13,6%), seguido por Identificação de demandas, Estudo de caso e *Setting*, com 8 menções cada (9,9%) e, por fim, Integração de dados com 7 registros (8,6%). Esta categoria esteve presente nos planos de ensino de disciplinas que foram do 2º ao 8º semestre, tendo sido mais abordada no período do 5º ao 8º semestre. Ainda sobre Psicodiagnóstico, outro olhar sobre os programas permitiu compreender melhor como este conceito vem sendo tratado pelas disciplinas da área. Apesar de se configurar como um tipo de Avaliação Psicológica e, por esta razão, estar presente em categorias como Metodologia e Diferentes Abordagens da Psicologia, julgou-se necessária a criação de uma categoria distinta dado que este tema costuma ser ministrado de forma separada por diversos cursos de Psicologia. A Tabela 15 sistematiza de que forma 31 planos (25,8% de 120 PEs) trataram o ensino deste tema na categoria de mesma nomenclatura.

Tabela 15. Frequência da forma de ensino do Psicodiagnóstico nas disciplinas de Avaliação Psicológica

Forma de ensino	N	%	Semestre de ocorrência
Psicodiagnóstico, exclusivamente	12	38.7	3 a 8
Avaliação Psicológica e Psicodiagnóstico sem diferenciação	7	22.6	3 a 6; 8
Como um tipo de Avaliação Psicológica	4	12.9	3; 5 a 7
Diferenciação entre Avaliação Psicológica e Psicodiagnóstico	3	9.7	2; 7
Diferenciação entre Avaliação Psicológica, Psicodiagnóstico e Testes	3	9.7	5; 8
Psicodiagnóstico em planos de Testes	2	6.5	5 a 6
Total	31	100.0	-

A partir dos dados apresentados percebe-se que 12 planos (38,7%) se dedicaram exclusivamente ao ensino do Psicodiagnóstico enquanto 7 (22,6%) não diferenciaram os conceitos de Avaliação Psicológica e Psicodiagnóstico. Quatro planos (12,9%) abordaram o Psicodiagnóstico como um tipo de Avaliação Psicológica; 3 planos (9,7%) ocuparam-se de diferenciar Avaliação Psicológica e Psicodiagnóstico; 3 planos (9,7%) dedicaram-se a diferenciar Avaliação Psicológica e Psicodiagnóstico e Testes Psicológicos e, por fim, o tema do Psicodiagnóstico apareceu em 2 planos (6,5%) sobre Testes Psicológicos. Este tema foi trabalhado pelas disciplinas do 2º ao 8º semestre, sendo mais recorrente no 5º, 7º e 8º semestres.

Outra categoria analisada foram as Técnicas da Avaliação Psicológica, tratadas em 52 planos (43,3% de 120 PEs) e expostas na Tabela 16.

Tabela 16. Frequência de tipos de Técnicas da Avaliação Psicológica

Técnicas	N	%	Semestre de ocorrência
Entrevista	43	51.8	2 a 8
Observação	19	22.9	2 a 8
<i>Rapport</i>	5	6.0	5; 6; 8
Desenho Estória	5	6.0	5 a 8
Caixa de Espelho	1	1.2	6
Desenho da Família	1	1.2	5
Genograma	1	1.2	8
Indefinidas	8	9.6	2 a 7
Total	83	100.0	-

Verifica-se que Entrevista foi a técnica mais abordada pelos Planos de Ensino, tendo sido mencionada 43 vezes (51,8%). A Observação foi a segunda técnica mais trabalhada pelos planos, com 19 alusões (22,9%), seguida de *Rapport* e Desenho Estória, com 5 citações cada (6%). Caixa de Espelho, Desenho da Família e Genograma foram retratadas apenas uma vez cada (1,2%). As técnicas não especificadas compuseram a categoria Indefinidas e foram observadas em 8 planos (9,6%). Os temas aqui agrupados foram tratados do 2º ao 8º semestre com maior preponderância no 4º e 5º semestres.

A seguir serão apresentadas as categorias que sistematizaram a maneira como os Testes Psicológicos foram ensinados nas disciplinas da área. A primeira, retratada na Tabela 17, diz respeito aos aspectos teóricos na abordagem dos Testes Psicológicos e foi trazida por 70 planos (58,3% de 120 PEs).

Tabela 17. Frequência de temas relativos à categoria Testes Psicológicos

Temas	N	%	Semestre de ocorrência
Natureza, origem e caracterização dos testes	44	41.9	2 a 8
Procedimentos	32	30.5	3 a 8
Psicometria	29	27.6	2 a 6
Total	105	100.0	-

Nota-se que Natureza, origem e caracterização dos Testes Psicológicos esteve presente em 44 planos (41,9%), Procedimentos para uso dos testes foi abordado 32 vezes (30,5%) e Psicometria contou com 29 aparições (27,6%). Estes temas foram desenvolvidos desde o 2º até o 8º semestre, mas concentraram-se no 4º, 5º e 6º semestres. Além do âmbito teórico, as Tabelas 19, 20, 21 e 22 levantaram os testes específicos, agrupados de acordo com o que buscavam investigar, que foram ensinados nas disciplinas e reportados nos programas dos Planos de Ensino. A Tabela 18 traz os Testes Objetivos de Habilidades Cognitivas, encontrados em 40 planos (33,3% de 120 PEs).

Tabela 18. Frequência dos Testes Objetivos de Habilidades Cognitivas

Testes	N	%	Semestre de ocorrência
WISC-IV (Escala Wechsler de Inteligência para Crianças)	19	14.7	3 a 7
APM-RAVEN (Matrizes Progressivas de Raven)	16	12.4	3 a 7
CMMS (Escala de Maturidade Mental Columbia)	13	10.1	3 a 7
WAIS-III (Escala de Inteligência Wechsler para Adultos)	10	7.8	3 a 7
R-1 (Teste Não-Verbal de Inteligência para Adultos)	6	4.7	3 a 7
WISC-III (Escala Wechsler de Inteligência para Crianças)	6	4.7	3 a 6
BPR-5 (Bateria de Provas de Raciocínio)	5	3.9	4 a 6
G-36 (Teste Não-Verbal de Inteligência)	5	3.9	4 a 6
Teste AC (Suzy V. Cambraia)	5	3.9	4 a 7
R-2 (Teste Não-Verbal de Inteligência para Crianças)	4	3.1	3 a 5
TDE (Teste de Desempenho Escolar)	4	3.1	4 a 6
Escala de TDAH	3	2.3	4 a 5
G-38 (Teste Não-Verbal de Inteligência)	3	2.3	3; 5
TIG-NV (Teste Geral de Inteligência Não-Verbal)	3	2.3	3; 5; 6
BFM (Bateria de Funções Mentais para Motoristas)	2	1.6	5 a 6
CPM-RAVEN (Matrizes Progressivas Coloridas de Raven)	2	1.6	5 a 6
Neupsilin (Instrumento de Av. Neuropsicológica Breve)	2	1.6	7
SON-R 21/2-7[a] (Teste não-verbal de inteligência)	2	1.6	3 a 4
WASI (Escala Wechsler Abreviada de Inteligência)	2	1.6	4
Bateria FAS (Teste de Fluência Verbal Fonêmica para Adultos)	1	0.8	4
BPA (Bateria Psicológica para Avaliação da Atenção)	1	0.8	4
Bateria Piaget-Head	1	0.8	4
FDT (Teste dos Cinco Dígitos)	1	0.8	4
FVS (Teste de Fluência Verbal Semântica - Animais)	1	0.8	4
MRV (Memória Visual de Rostos)	1	0.8	6
RAVLT (Teste de aprendizagem auditivo-verbal de Rey)	1	0.8	4
TTC (Teste de Trilhas Coloridas)	1	0.8	6
TEACO (Teste de Atenção Concentrada)	1	0.8	3
TEADI - Teste de Atenção Dividida	1	0.8	3
TEALT - Teste de Atenção Alternada	1	0.8	3
Teste AC 15 (Efraim R. Bocalandro)	1	0.8	4
Teste d2 (Teste de Atenção Concentrada)	1	0.8	7
Teste Pictórico de Memória	1	0.8	6
V 47 - Testes de inteligência verbal	1	0.8	4
Escalas Wechsler*	1	0.8	4
WISC*	1	0.8	5
Total	129	100.0	-

Nota:

* Testes sem maiores especificações no Plano de Ensino

Os resultados sistematizados na Tabela 18 permitem destacar a diversidade de testes utilizados para investigação das habilidades cognitivas e levantados pelos planos analisados, isto é, um total de 34 testes e 2 menções às Escalas Wechsler sem especificação. A maior incidência foi do WISC-IV (14,7% - N=19), mas também é necessário ressaltar as menções a sua versão anterior, o WISC-III (4,7% - N=6). O segundo teste de habilidades cognitivas mais referido foi o Matrizes Progressivas de Raven (12,4% - N=16), seguido pela Escala de Maturidade Mental Colúmbia (10,1% - N=13). Outros testes com algum destaque foram o WAIS-III (7,8% - N=10); o R-1 (4,7% - N=6); o BPR-5 (3,9% - N=5); G-36 (3,9% - N=5); Teste AC (3,9% - N=5); R-2 (3,1% - N=4) e TDE (3,1% - N=4). Além disso, os testes descritos nesta tabela foram referidos nos programas de disciplinas ministradas do 3º ao 7º semestre de curso, com maior concentração nos 4º, 5º, 6º semestres. Os Testes Expressivos de Habilidades Cognitivas constatados nos programas de 23 planos (19,2% de 120 PEs) foram descritos na Tabela 19.

Tabela 19. Frequência dos Testes Expressivos de Habilidades Cognitivas

Testes	N	%	Semestre de ocorrência
Teste Gestáltico Visomotor de Bender	13	46.4	3 a 7
DFH (Desenho da Figura Humana)	-	-	-
Wechsler	4	14.3	4 a 5
Sisto	4	14.3	3; 4; 6
Goodenough	2	7.1	4 a 5
Goodenough-Harris	2	7.1	4 a 5
Figuras Complexas de Rey	3	10.7	4; 6
Total	28	100.0	-

O Teste Gestáltico Visomotor de Bender é o que apresentou maior incidência (46,4% - N=13) no grupo retratado pela Tabela 19. As escalas Wechsler e Sisto de correção do DFH configuram a segunda maior ocorrência, com 4 citações (14,3%) cada. Já as escalas Goodenough e Goodenough-Harris de correção do mesmo teste apresentaram 2 menções (7,1) cada. Por fim, Figuras Complexas de Rey foi o teste expressivo de habilidades cognitivas que apareceu em 3 (10,7%) Planos de Ensino. Este grupo de testes foi abordado por disciplinas ministradas entre o 3º e o 7º semestres, preponderando no 4º e 5º semestres. Já os Testes Projetivos e/ou Expressivos de Personalidade e Interesses levantados em 45 programas das disciplinas (37,5% de 120) encontram-se informados na Tabela 20, como se segue.

Tabela 20. Frequência dos Testes Projetivos e/ou Expressivos de Personalidade e Interesses

Temas	N	%	Semestre de ocorrência
HTP (Teste do Desenho Casa-Árvore-Pessoa)	22	22.2	4 a 8
TAT (Teste de Apercepção Temática)	16	16.2	4 a 8
TPC (Teste das Pirâmides Coloridas de Pfister)	14	14.1	4 a 8
Teste Palográfico	9	9.1	4; 6; 7
CAT* (Teste de Apercepção Temática para Crianças)	8	8.1	4 a 7
Teste Zülliger	8	8.1	5 a 7
Teste Rorschach	6	6.1	5 a 7
CAT-A (Figura de Animais)	4	4.0	4 a 6
CAT-H (Figuras Humanas)	3	3.0	5 a 6
PMK (Psicodiagnóstico Miocinético)	3	3.0	6 a 7
Fábulas de Düss	2	2.0	5; 7
BBT-Br (Teste de Fotos de Profissões Brasileiro)	1	1.0	5
DFH (Teste do Desenho da Figura Humana)	1	1.0	6
SAT (Teste de Apercepção para Idosos)	1	1.0	5
WZT (Teste de Completamento de Desenhos de Wartegg)	1	1.0	7
Total	99	100.0	-

Nota:

* Teste sem maiores especificações nos Planos de Ensino.

Os números expostos na Tabela 20 demonstram que o Teste HTP (House-Tree-Person) foi o teste projetivo mais ensinado (22,2% - N=22). O conjunto de Testes de Apercepção Temática merece destaque. O TAT, destinado a adultos, foi o segundo teste projetivo mais abordado pelas disciplinas de Avaliação Psicológica (16,2% - N=16). Já aqueles designados às crianças, CAT sem especificação, CAT-A e CAT-H obtiveram, respectivamente, 8 (8,1%), 4 (4%) e 3 (3%) citações cada nos PEs. O SAT, voltado para idosos, contou com uma única menção (1%). O Teste das Pirâmides Coloridas de Pfister foi o terceiro com maior ocorrência (14,1%, - N=14), seguido do Teste Palográfico (9,1% - N=9). Outros testes com projetivos e/ou expressivos com incidência foram o Teste de Zülliger (8, 1% - N=8), Rorschach (6,1% - N=6), PMK (3% - N=3), Fábulas de Düss (2% - N=2) e outros. Estes testes foram ensinados do 4º ao 8º semestre, concentrando-se no 5º e 6º semestres.

A Tabela 21 é dedicada à exposição da frequência dos Testes Objetivos de Personalidade e Interesses, constatados em um total de 31 planos (25,5% de 120 PEs). Destaca-se aqui também uma variedade significativa deste tipo de teste no ensino das disciplinas da área.

Tabela 21. Frequência dos Testes Objetivos de Personalidade e Interesse

Temas	N	%	Semestre de ocorrência
BFP (Bateria Fatorial de Personalidade)	11	14.3	3 a 8
AIP (Avaliação dos Interesses Profissionais)	5	6.5	4 a 7
Escalas Beck: BDI (Inventário de Depressão)	5	6.5	3; 5; 6
ISSL (Inventário de Sintomas de Stress para Adultos de Lipp)	5	6.5	3 a 6
QUATI (Questionário de Avaliação Psicológica)	5	6.5	4 a 6
IFP-II (Inventário Fatorial de Personalidade - II)	4	5.2	4 a 5
IHS (Inventário de Habilidades Sociais)	4	5.2	6
ESA (Escala de Stress para Adolescentes)	3	3.9	3; 6
ETPC (Escala de Traços de Personalidade para Crianças)	3	3.9	4 a 5
Escalas Beck: BAI (Inventário de Ansiedade)	3	3.9	3; 5; 6
CPS (Escala de Personalidade Comrey)	2	2.6	4; 6
EAC-IJ (Escala de Autoconceito Infanto-Juvenil)	2	2.6	4 a 5
EMEP (Escala de Maturidade para Escolha Profissional)	2	2.6	6
Escalas Beck*	2	2.6	5
IFP (Inventário Fatorial de Personalidade)	2	2.6	5 a 6
ISS-I (Inventário de Sintomas de Stress Infantil)	2	2.6	6
EFN (Escala Fatorial de Ajustamento Emocional/Neuroticismo)	1	1.3	6
EPQ-J (Questionário de Personalidade para Crianças e Adolesc)	1	1.3	6
ESI (Escala de Stress Infantil)	1	1.3	3
EVENT (Escala de Vulnerabilidade ao Estresse no Trabalho)	1	1.3	6
Escalas Beck: BHS (Escala de Desesperança)	1	1.3	6
Escalas Beck: BSI (Escala de Ideação Suicida)	1	1.3	6
GDS (Escala de Depressão Geriátrica)	1	1.3	4
IEP (Inventário de Estilos Parentais)	1	1.3	6
IFVD (Inventário de Frases no Diagnóstico de Violência Doméstica Contra Crianças e Adolescentes)	1	1.3	6
IHSA (Inventário de Habilidades Sociais para Adolescentes)	1	1.3	6
IMHSC (Inventário Multimídia de HS para Crianças)	1	1.3	6
MCMi (Inventário Clínico Multiaxial de Millon)	1	1.3	6
MMPI (Inventário Multifásico de Personalidade de Minnesota)	1	1.3	6
NEO FFI-R (Inventário de Cinco Grandes Fatores Revisado)	1	1.3	6
NEO Pi-R (Inventário de Personalidade Revisado)	1	1.3	6
QUATI-II (Questionário de Avaliação Psicológica – versão II)	1	1.3	6
SDS (Questionário de Busca Autodirigida)	1	1.3	5
Total	77	100.0	-

Nota:

* Teste sem maiores especificações nos Planos de Ensino

A Bateria Fatorial de Personalidade – BFP – foi o Teste Objetivo de Personalidade que concentrou maior incidência (14,3% - N=11), seguido da AIP, ISSL e QUATI com 5 aparições cada (6,5%), lembrando que o ISS-I foi apurado em 2 planos de ensino (2,6%) e o QUATI-II em 1 único plano (1,3%). O conjunto de Escalas Beck totalizou 12 menções que foram distribuídas em 5 citações do BDI (6,5%); 3 (3,9%) do BAI; 2 citações sem especificação (2,6%) e uma (1,3%) tanto para a BHS quanto para a BSI. Os Inventários de Habilidades Sociais contaram com 6 referências, sendo 4 (5,2%) do IHS, para adultos, uma (1,3%) do IHSA, para adolescentes e uma (1,3%) do IMHSC, para crianças. Os Inventários Fatoriais de Personalidade também apresentaram um total de 6 menções: 4 (5,2%) do IFP-II e 2 (2,6%) do IFP. Outros testes trabalhados foram ESA (3,9% - N=3) / ESI (1,3% - N=1); ETPC (3,9% - N=3), CPS, EAC-IJ e EMEP (2,6% - N=2 cada), entre outros. O 6º semestre foi o que apresentou maior concentração do ensino deste tipo de teste, que também foi abordado no período do 3º ao 8º semestre.

A última categoria relacionada aos testes psicológicos foi designada Testes Não Especificados e apurada em 21 planos (17,5% de 120 PEs). Neste agrupamento foram alocadas todas as alusões a testes que não traziam informações suficiente para serem analisadas, como por exemplo, os planos que citaram o tipo de teste (psicométrico ou projetivo), mas não fornecia o nome do instrumento ou o construto a ser investigado.

Por fim, duas categorias não apresentaram agrupamento suficiente para serem apresentadas mais detalhadamente, são elas: (a) ‘Conteúdos Diversos’ (6,7% - N=8), que reuniu temas diversificados e que não se encaixavam em nenhuma outra categoria e (b) ‘Comportamento do Psicólogo’ (3,3% - N=4), que inclui temas acerca da conduta do profissional de Psicologia durante a Avaliação Psicológica e aplicação de testes. Encerrada a apresentação dos dados levantados nos Planos de Ensino, será iniciada a discussão de tais resultados na próxima seção.

Discussão

O objetivo desta pesquisa consistiu em compreender a estrutura do ensino de Avaliação Psicológica nos cursos de Psicologia do Estado de São Paulo por meio da análise dos conteúdos programáticos dos PEs das disciplinas da área, bem como da caracterização da forma como tais disciplinas vem sendo ministradas. Inicialmente, no que concerne aos dados descritivos, verificou-se que a maior parte dos cursos participantes (27,3%) conta com 3 disciplinas de Avaliação Psicológica, mas também com expressividade os cursos com 2 e 4 disciplinas (21,2% cada). A média observada de 3,7 disciplinas por curso é similar às médias levantadas em estudos anteriores (Noronha, 2006; Paula et al, 2007; Castro, 2013; Freires et al, 2017; Ambiel et al, 2019). Faz-se necessário ressaltar que pesquisas de quase quinze anos atrás, como Noronha (2006) e Paula et al (2007), já demonstravam a prevalência de média entre 3 e 4 disciplinas de Avaliação Psicológica por curso, bem como a preocupação de graduandos(as) dos cursos de Psicologia acerca do número reduzido de disciplinas da área, o que poderia prejudicar seu aprendizado (Paula et al, 2007).

É com alerta que se constata dados congruentes levantados por pesquisas mais recentes, como Freires et al (2017), Ambiel et al (2019) e o presente estudo. A abordagem dos cursos sobre o ensino de Avaliação Psicológica, neste sentido, ainda está aquém de uma proposta mais estruturada tal qual a trazida por Nunes et al (2012), que conta com 5 disciplinas obrigatórias acrescido de estágio supervisionado. Ressalta-se que uma instituição ofertou 9 disciplinas e outra contou com 8 disciplinas de Avaliação Psicológica, demonstrando maior preocupação com o ensino deste campo de saber. Em contrapartida, sete instituições contam com apenas 2 disciplinas de Avaliação Psicológica e duas instituições ofertam uma única disciplina da voltada para esta área. Estes números são considerados insuficientes para o ensino dos conteúdos básicos mínimos para a formação de estudantes de Psicologia. É importante ressaltar que a presente pesquisa incluiu apenas disciplinas obrigatórias dos cursos participantes e enfatizar que a Avaliação Psicológica é função básica da ciência psicológica. Isso quer dizer que os conteúdos básicos devem ser garantidos pela matriz curricular obrigatória e apenas os conteúdos avançados devem ser atribuídos às disciplinas optativas ou eletivas, como por exemplo análises psicométricas mais complexas, ou ensino de algum Teste Psicológico específico, além dos oferecidos nas obrigatórias.

No que diz respeito à distribuição das disciplinas no decorrer do curso, os achados do presente estudo corroboram com os resultados de Castro (2013), Freires et al (2017) e Ambiel et al (2019), constatando maior prevalência, respectivamente, no 5º (24%), 6º (21,5%) e 4º

(19,8%) semestres. Como abordado por Ambiel et al (2019), os dados obtidos divergem dos encontrados por Noronha (2006), que mostraram maior concentração de disciplinas no 3º semestre. A mudança observada indicaria uma vantagem do ponto de vista da formação profissional, posto que a partir da metade do curso espera-se que os(as) estudantes apresentem conhecimento teórico suficiente para compreender a importância e a complexidade do processo de Avaliação Psicológica.

A carga horária das disciplinas variou entre 30 e 160 horas, com média de 67,9 horas por disciplina e a carga horária total do ensino de Avaliação Psicológica variou de 60 a 464 horas, com média de 249 horas totais por curso. Ainda que com amplitudes diferentes, as médias de carga horária por curso foram similares aos achados em estudos anteriores, superiores a 200 horas por curso (Noronha, 2006; Castro, 2013; Freires et al, 2017; Ambiel et al, 2019), mais especificamente entre 226,6 e 269,7 horas. Ambiel et al (2019) apontou que estes dados demonstram que não houve mudanças significativas no que concerne ao número de disciplinas da área e à carga horária dedicada ao seu ensino. De acordo com o Art. 11 da Revisão das Diretrizes Nacionais Curriculares dos Cursos de Graduação em Psicologia, a carga horária mínima total prevista para o curso é de 4.000 horas, sendo 20% desta destinada aos estágios supervisionados (Conselho Nacional de Educação, 2019).

Sendo a Avaliação Psicológica a etapa inicial do exercício profissional de psicólogas e psicólogos e também um campo de atuação que interfere diretamente em decisões sobre a vida de pessoas e sobre a sociedade – como por exemplo, porte de armas, trânsito, concursos públicos de agentes da segurança pública, disputa da guarda de filhos, entre outros – espera-se que a quantidade de horas dedicadas ao seu ensino seja equivalente à sua importância para a Psicologia e para a própria sociedade. Portanto, pode-se afirmar que uma média de 249 horas para o ensino de disciplinas centrais na formação e prática psicológicas, de um curso que conta com pelo menos 4.000 horas, não é suficiente para formar com excelência os futuros e futuras profissionais de Psicologia. Ou mesmo formar basicamente. Este campo de saber precisa ocupar mais espaço na grade curricular, seja pela reforma e atualização desta última ou até mesmo pela remodelação do ensino de Avaliação Psicológica para que disciplinas específicas da Psicologia incluam esta temática em seu conteúdo de forma transversal.

Com relação à nomenclatura das disciplinas de Avaliação Psicológica, verificou-se grande diversidade de designações, assim como já relatado por Noronha (2002). Estes dados também foram corroborados por Noronha et al (2005), Noronha (2006), Noronha et al (2007), Castro (2013) e Freires (2017). Mais uma vez causa preocupação que em quase duas décadas ainda estejam sendo encontrados os mesmos resultados nas pesquisas sobre este campo de

formação da Psicologia. Noronha et al (2005), Noronha (2006) e Noronha et al (2007) dedicaram parte de seus estudos, a partir dos dados encontrados, a denunciar a falta de coerência identificada na dificuldade em sistematizar aspectos centrais no ensino da Avaliação Psicológica em todo o país, o que refletiria a falta de articulação da própria área. Noronha et al (2010) alerta que o impacto deste cenário pode ser negativo para a própria formação de psicólogas e psicólogos.

Não obstante, Castro (2013) e Freires et (2017) apresentaram resultados semelhantes aos encontrados na presente pesquisa, quais sejam: respectivamente, 52, 56 e 53 nomes distintos para as disciplinas. Os mais recorrentes foram Técnicas de Exame Psicológico (16,5%), Avaliação Psicológica (12,4%) e Psicodiagnóstico (9,1%), assim como em Castro (2013) no que diz respeito à ordem de recorrência. Freires et al (2017) também apresentou estas nomenclaturas como umas das que tiveram maior incidência, mas em ordem de ocorrência diferente. Castro (2013) aponta que o aumento de disciplinas com nome de Avaliação Psicológica, assim como as de Psicodiagnóstico, pode ser decorrente das discussões sobre o ensino da área, apresentando a possibilidade de abordar os conteúdos integrantes da Avaliação Psicológica de maneira mais global. Destaca-se, ainda o elevado número de disciplinas cuja nomenclatura apresentou incidência única (N=40), tal qual constatado em estudos prévios (Castro, 2013; Freires et al, 2017).

No que concerne aos conteúdos ministrados nas disciplinas, alguns pontos acerca do processo de categorização merecem destaque. Tal processo se deu por meio do agrupamento das unidades de análise de acordo com as similaridades em cada tema e seu resultado encontra-se apresentado no Quadro 1. Não foi estabelecido um limite de categorias por conteúdo programático e cada item textual poderia ser incluído em mais de uma categoria caso abordasse mais de um tema. Por exemplo, o item “Definição, conceituação e história da Avaliação Psicológica” foi alocado em duas categorias: ‘Histórico’ e ‘Definição e Conceituação’.

Um ponto a ser ressaltado, e provavelmente o principal aspecto observado durante a categorização, é a ausência de uma linguagem comum à área da Avaliação Psicológica. Um vocabulário unificado permitiria delinear melhor o que se estuda neste campo de saber na medida em que impossibilitaria a inferência durante a análise dos dados. Além disso, a linguagem comum seria importante para pensar nas possibilidades e necessidades de mudança para se possa alcançar a excelência na formação de psicólogas e psicólogos.

Apesar de apresentarem metodologias distintas, posto que também consideraram matrizes curriculares e/ou desenvolveram análises sobre as ementas das disciplinas, algumas

comparações podem ser realizadas com estudos anteriores (Noronha et al, 2005; Noronha, 2006; Noronha et al, 2007; Paula et al, 2007; Noronha et al, 2010; Castro, 2013; Freires et al, 2017; Ambiel et al, 2019). Uma diversidade significativa de conteúdos foi averiguada nos programas dos PEs estudados. Estes conteúdos foram analisados e distribuídos em 18 categorias guarda-chuva, que abarcavam outras subcategorias. Esta forma de análise foi escolhida em virtude do levantamento pormenorizado que se buscou para uma melhor compreensão da forma com que a Avaliação Psicológica vem sendo ensinada no Estado de São Paulo, embora se entenda que delineamentos ainda mais aprofundados possam ser desenvolvidos em pesquisas futuras.

A categoria com maior incidência foi a Testes Psicológicos (58,3%), compreendendo conteúdos teóricos relativos aos testes, tais quais: natureza, origem e características dos testes psicológicos, fundamentação teórica dos testes, procedimentos, aplicação, seleção de teses, uso de manuais, interpretação de dados, psicometria (validade, precisão, normatização), adaptação e construção de instrumentos. A segunda categoria mais frequente foi Ética e Legislação (54,2%), que incluiu os aspectos éticos da Avaliação Psicológica, do Psicodiagnóstico, dos Testes Psicológicos e das técnicas de avaliação; a produção de documentos; as Resoluções e diretrizes do CFP e o SATESPI. Estas duas categorias se encontram entre as três mais recorrentes em Ambiel et al (2019).

Outro aspecto dos programas a ser ressaltado é a abordagem dedicada ao Psicodiagnóstico. O tema foi versado tanto em disciplinas dedicadas exclusivamente ao seu ensino quanto em disciplinas dedicadas também ao estudo da Avaliação Psicológica e dos Testes Psicológicos. Os conceitos, caracterização, fundamentação, objetivos, processos, histórico, aplicações e modelos do Psicodiagnóstico foram versados no PEs. Apesar de se caracterizar como um tipo de Avaliação Psicológica, não foi esse o tratamento que o Psicodiagnóstico recebeu por parte de alguns cursos. Dos 31 planos que mencionaram, 7 não diferenciaram este tema com o conceito de Avaliação Psicológica. Este dado demonstra que ainda se faz necessário debater a formação na área, que pode estar sob responsabilidade de professores não especializados. Castro (2013) e Freires et al (2017) também constataram um aumento da preocupação com o processo Psicodiagnóstico e com a Avaliação Psicológica no contexto clínico, sendo inclusive a categoria mais frequente nos programas do primeiro estudo.

Merecem destaque, ainda, as categorias Construtos Avaliados (47,5%), Histórico (44,2%) e Técnicas de Avaliação Psicológica (43,3%), respectivamente, terceira, quarta e quinta mais incidentes. Castro (2013) também constatou a categoria Histórico como a quarta mais frequente nos programas das disciplinas, diferentemente de Ambiel et al (2019), que

obteve esta como uma das menos frequentes. A diferença encontrada no estudo de Ambiel et al (2019) pode ser justificada pelo processo de categorização por eles conduzido. Em seu estudo, os autores desenvolveram oito categorias que consistiam em agrupamentos das 27 competências IBAP baseadas em Nunes et al (2012). A categoria Histórico foi a única composta por apenas 1 competência. As demais categorias contaram a soma de 2, 3, 5 ou 7 competências. Quanto aos construtos estudados nas disciplinas de Avaliação Psicológica, os achados são condizentes com os de estudos prévios (Castro, 2013; Freires et al, 2017). Inteligência e Personalidade foram os construtos mais frequentes nos planos de ensino das pesquisas mencionadas, assim como a presente.

No que se refere às técnicas de Avaliação Psicológica, Castro (2013) também encontrou incidência mais expressiva das mesmas (entrevista e observação) nos conteúdos analisados. O autor ressalva que estudos prévios realizados com alunos (Noronha et al, 2007; Paula et al, 2007) indicavam uma abordagem insatisfatória destes temas durante o ensino deste campo. A mudança na abordagem das disciplinas, segundo ele, pode ser resultado do debate iniciado. No presente estudo observou-se maior representação da técnica de entrevista (35,8% dos planos analisados) do que a encontrada nos referidos estudos anteriores. Outras técnicas como observação (15,8%), *Rapport* (4,2%), Desenho Estória (4,2%), Desenho da Família (0,8%), Caixa Espelho (0,8%) e Genograma (0,8%) apresentaram frequência muito baixa. Considerando os dados expostos, entende-se que as Técnicas de Avaliação Psicológica ainda se encontram sub-representadas, em termos quantitativos, no ensino da área.

Da mesma maneira, não se considera a abordagem dos aspectos psicométricos suficientemente representados na presente pesquisa. Este tema foi agrupado na categoria Testes Psicológicos, que englobou os conhecimentos teóricos sobre este tipo de instrumento. A incidência desta subcategoria foi verificada em 29 planos (24,2%) de um total de 120. Castro (2013) levantou a Psicometria como a terceira categoria mais frequente (30,1%) nos programas das disciplinas analisadas. Apesar do ensino de Psicometria ainda não ser o ideal, nota-se uma melhora discreta em comparação aos dados encontrados por Noronha et al (2005), em que 17,9% das ementas mencionaram o tema.

Outro dado relevante é que de 120 programas analisados, apenas 10 (8,3%) abordavam o processo construção de instrumentos. Estes números estão aquém do esperado para uma formação que prepare o(a) futuro(a) profissional de Psicologia a desenvolver autonomia para avaliar as propriedades psicométricas dos testes psicológicos e manter seu aprimoramento profissional após o período de formação como o recomendado pela literatura científica da área

e pela Resolução CFP nº 009/2018.

Ademais, verificou-se que o ensino de Avaliação Psicológica em São Paulo ainda apresenta maior enfoque na testagem psicológica. Os testes ensinados foram agrupados em 5 categorias distintas que, juntas, representaram alta ocorrência nos PEs, quais sejam: Testes Projetivos/Expressivos de Personalidade e Interesses (37,5%); Testes Objetivos de Habilidades Cognitivas (33,3%); Testes Objetivos de Personalidade e Interesses (25,8%); Não Especificados (20,8%) e Testes Expressivos de Habilidades Cognitivas (19,2%). Os dados destacados até o momento indicam a permanência do caráter predominantemente tecnicista do ensino da Avaliação Psicológica no estado.

Foi apurada uma grande variedade de testes ensinados nas disciplinas dos 33 cursos de Psicologia, mesmo achado de Castro (2013). Foram 82 no total, além dos planos (N=21) que mencionavam testes mas não especificavam o construto ou o nome do teste. Não se pode deixar de mencionar a alta adoção das Escalas Wechsler (WISC, WAIS, WASI) no ensino dos Testes Psicológicos dos planos analisados, que totalizaram 39 menções. A coleção de Testes de Apercepção Temática (TAT, CAT, SAT) também contou com alta expressividade no ensino de testes dos conteúdos analisados, somando 32 citações. Destaca-se ainda os testes com referência mais expressiva individualmente nos PEs: HTP (N=22), WISC-IV (N=19), TAT (N=16), Matrizes Progressivas de Raven (N=16), Pirâmides Coloridas de Pfister (N=14) e Escala de Maturidade Mental Columbia (N=13). Resultados similares foram encontrados por Castro (2013), em que WISC-III, Escala de Maturidade Mental Columbia e HTP foram os testes mais ensinados.

Freires et al (2017) apontam que nas ementas analisadas os termos considerados mais técnicos foram sobressalentes, indicando o foco tecnicista carregado pelos cursos e confirmando achados anteriores. A maior dedicação ao manuseio dos instrumentos, aplicação e interpretação, em detrimento de uma postura crítica frente aos mesmos é apontada pelos autores e autoras como uma abordagem essencialmente técnica da Avaliação Psicológica pelos autores (Noronha, 2006; Noronha et al, 2010; Noronha & Reppold, 2010; Castro, 2013; Freires et al, 2017).

Algumas categorias foram escassamente retratadas nos PEs analisados, são elas: Contextos da Avaliação Psicológica, Populações Estudadas e Diferentes Abordagens da Psicologia. A primeira foi levantada em 21 planos (17,5% de 120 PEs), sendo que o contexto clínico o mais mencionado (10 dos 21 planos). Chama atenção a baixa quantidade de planos sobre contextos típicos e relevantes da Avaliação Psicológica, como por exemplo, Trânsito (7

planos) e Porte de Armas (4 planos). Os estudos que de alguma forma abordaram esta temática adotaram métodos de análise que não permitem estabelecer qualquer tipo de comparação entre os resultados encontrados. Freires et al (2017) encontraram nas ementas das disciplinas de Avaliação Psicológica os contextos clínica, organizacional, escolar, saúde e trabalho, que foram distribuídos em três classes distintas de unidades de contexto elementares. Cada classe contém uma série de outras unidades, impedindo as comparações. Da mesma forma, Ambiel et al (2019) abordou a competência IBAP relativa ao conhecimento das peculiaridades de diferentes contextos de aplicação da Avaliação Psicológica (Nunes et al 2012) na categoria 'Avaliação Psicológica (Processo, Objetivo, Prática)', que incluiu outras 6 competências IBAP. Sendo assim, não foi possível estabelecer critérios viáveis para comparação entre os estudos.

A segunda categoria, Populações Estudadas, foi abordada por 17 planos (14,2% dos 120 PEs). O interesse em delinear a população alvo da Avaliação Psicológica, ainda que de maneira tímida, foi notado por Noronha et al 2005. Os autores encontraram dados similares ao da presente pesquisa, que constatou as crianças, os adultos e os adolescentes como os três grupos mais frequentes, respectivamente. Os grupos não mencionados por este estudo prévio, mas aqui encontrados, foram idosos, populações atípicas e pessoas com deficiência visual. Apenas 11 planos (8,3% de 120 PEs) dedicaram-se a tratar das Diferentes Abordagens da Psicologia. Destes, 2 eram dedicados ao ensino da Avaliação Psicológica enquanto 9 eram relativos ao ensino dos Modelos Psicodiagnósticos. Destaca-se a abordagem Psicanalítica, com 4 citações, a mais recorrente dentre as que foram elencadas nos documentos analisados. A hipótese levantada para o tratamento negligenciado dos referidos temas envolve tanto a carga horária insuficiente para o ensino da Avaliação Psicológica nos cursos de Psicologia, quanto o já mencionado enfoque predominantemente tecnicista adotado pelos cursos.

Por fim, cabe explicitar as limitações encontradas no desenvolvimento da presente pesquisa. Em primeiro lugar destaca-se uma dificuldade encontrada por todas e todos pesquisadores da área que consiste no engajamento das instituições para contribuir com o desenvolvimento da área, seja por meio da disponibilização pública dos Planos de Ensino das disciplinas do curso ou pelo aceite em participar das pesquisas desenvolvidas. A descrição dos procedimentos na seção do Método demonstra a dificuldade encontrada para coletar o material analisado neste estudo. Mesmo com tantas tentativas despendidas, chamou atenção a baixa adesão das instituições. Além dos números gerais, a pesquisa contou com apenas 25,2% das IES paulistas, constatou-se também um engajamento ínfimo das instituições da capital na

participação da pesquisa, apenas quatro, sendo que duas delas disponibilizam os planos de ensino em suas respectivas páginas eletrônicas do curso. O dado causa estranheza pela grande quantidade de faculdades e universidades localizadas na capital do estado.

Cursos novos ou com reformulação de seus respectivos Projetos Pedagógicos participaram parcialmente encaminhando os planos que já tinham disponibilizado para o curso. Ademais, os dados encontrados nos Planos de Ensino podem representar o contexto em que tais Projetos Pedagógicos foram desenvolvidos, posto que algumas instituições não podem realizar alterações nos planos sem que haja uma reforma pedagógica no curso.

Considerações Finais

As contribuições da presente pesquisa foram apresentar um panorama atual do ensino de Avaliação Psicológica no Estado de São Paulo, apesar das limitações discutidas, bem como propor uma análise pormenorizada dos conteúdos programáticos. Os dados levantados podem ser utilizados para compor o debate sobre as mudanças necessárias a este campo de saber. Contudo, ainda há muito o que compreender sobre o ensino da área, possivelmente em virtude das amostras comprometidas dos estudos sobre este tema. Pesquisas mais aprofundadas podem ser desenvolvidas, por exemplo, ampliando-se a amostra, mantendo a categorização mais detalhada para o conteúdo e ementas, mas incluindo a análise da bibliografia indicada nos PEs, dos métodos de ensino e sobre a área de especialização das e dos docentes responsáveis pelas disciplinas.

Aos poucos vem-se constatando alguns avanços na área, como foi o caso da publicação da Resolução CFP nº 009/2018 e a proposta de novas DCNs, contudo, os resultados elucidados atestam que o cenário atual ainda não é o ideal. A produção de conhecimento científico no campo da Avaliação Psicológica se configura no principal meio de transformação da realidade, conjuntamente com o trabalho desenvolvido por órgãos como CFP, SATEPSI, IBAP e ASBRO. Esta mudança é possível pois há, notadamente, uma mobilização por parte de diversas(os) pesquisadores em busca de uma Avaliação Psicológica reflexiva, crítica, fundamentada e consciente de seus aspectos éticos, que compreende a complexidade dos fenômenos psicológicos e reconhece que seu processo de conhecimento deve estar a serviço das pessoas e da sociedade. Por fim, espera-se que os estudos futuros possam avaliar os impactos destas mudanças sobre o ensino da Avaliação Psicológica e a formação dos futuros e futuras profissionais de Psicologia.

Referências

- Ambiel, R. A. M., Zuanazzi, A. C., Sette, C. P., Costa, A. R. L., & Cunha, F. A. (2019). Análise de ementas de disciplinas de Avaliação Psicológica: novos tempos, velhas questões. *Avaliação Psicológica*, 18(1), 21-30. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/avp/v18n1/04.pdf>
- Bardagi, M. P., Teixeira, M. A. P., Segabinazi, J. D., Schelini, P. W., & Nascimento, E. (2015). Ensino da avaliação psicológica no Brasil: levantamento com docentes de diferentes regiões. *Avaliação Psicológica*, 14(2), 253-260. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/avp/v14n2/v14n2a11.pdf>
- Bueno, J. M. H., & Peixoto, E. M. (2018). Avaliação Psicológica no Brasil e no Mundo. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 38(spe), 108-121. <https://dx.doi.org/10.1590/1982-3703000208878>
- Brasil. Constituição (1988) *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 5 de outubro de 1988. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm
- Castro, P. F. (2013). Caracterização do ensino de Avaliação Psicológica no Estado de São Paulo. *Boletim de Psicologia*, 63(138), 81-102. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/bolpsi/v63n138/v63n138a08.pdf>
- Conselho Nacional de Educação. (2011). *Resolução n. 5, de 15 de março de 2011*. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia, estabelecendo normas para o projeto pedagógico complementar para a Formação de Professores de Psicologia. http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=7692-rces005-11-pdf&Itemid=30192
- Conselho Nacional de Educação. (2019). *Paracer CNE/CES n. 1071/2019*. Projeto de Resolução. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Psicologia. http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=139201-pces1071-19&category_slug=dezembro-2019-pdf&Itemid=30192
- Conselho Federal de Psicologia. (2013). *Cartilha Avaliação Psicológica – 2013*. <http://satepsi.cfp.org.br/docs/cartilha.pdf>
- Conselho Federal de Psicologia. (2001). *Resolução CFP n. 025/2001*: Define teste psicológico como método de avaliação privativo do psicólogo e regulamenta sua elaboração, comercialização e uso. <https://docplayer.com.br/8814630-Resolucao-cfp-n-o-25-201.html>

- Conselho Federal de Psicologia. (2003). *Resolução CFP n. 002/2003*: Define e regulamenta o uso, a elaboração e a comercialização de testes psicológicos e revoga a Resolução CFP nº 025/2001. <https://site.cfp.org.br/resolucoes/resolucao-n-2-2003/>
- Conselho Federal de Psicologia. (2009). *Resolução CFP n. 002/2009*: Altera a Resolução CFP nº 018/2008 e dá outras providências. <https://satepsi.cfp.org.br/docs/ResolucaoCFP002-09.pdf>
- Conselho Federal de Psicologia. (2016a). *Resolução CFP n. 002/2016*: Regulamenta a Avaliação Psicológica em Concurso Público e processos seletivos de natureza pública e privada e revoga a Resolução CFP Nº 001/2002. <https://satepsi.cfp.org.br/docs/Resolucao002-2016.pdf>
- Conselho Federal de Psicologia. (2016b). *Resolução CFP n. 003/2016*: Altera a Resolução CFP nº 013/2007, que institui a consolidação das resoluções relativas ao título profissional de Especialista em Psicologia e dispõe sobre normas e procedimentos para seu registro. <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2016/04/Resolu%C3%A7%C3%A3o-003-2016.pdf>
- Conselho Federal de Psicologia. (2018). *Resolução CFP n. 009/2018*: Estabelece diretrizes para a realização da Avaliação Psicológica no exercício profissional da psicóloga e do psicólogo, regulamente o Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos – SATEPSI e revoga as Resoluções n. 002/2003, n. 006/2004 e n.005/2012 e Notas Técnicas n. 01/2017 e 02/2017. <https://satepsi.cfp.org.br/docs/Resolu%C3%A7%C3%A3o-CFP-n%C2%BA-09-2018-com-anexo.pdf>
- Conselho Federal de Psicologia. (2019a). *Resolução CFP n. 001/2019*: Institui normas e procedimentos para a perícia psicológica no contexto do trânsito e revoga as Resoluções CFP nº 007/2009 e 009/2011. <https://satepsi.cfp.org.br/docs/Resolucao01-2019.pdf>
- Conselho Federal de Psicologia. (2019b). *Resolução CFP n. 006/2019*: Institui regras para a elaboração de documentos escritos produzidos pela(o) psicóloga(o) no exercício profissional e revoga a Resolução CFP nº 15/1996, a Resolução CFP nº 07/2003 e a Resolução CFP nº 04/2019. [https://satepsi.cfp.org.br/docs/Resolucao-do-exercicio-profissional-6-2019-Conselho-federal-de-psicologia-BR\(1\).pdf](https://satepsi.cfp.org.br/docs/Resolucao-do-exercicio-profissional-6-2019-Conselho-federal-de-psicologia-BR(1).pdf)
- Conselho Federal de Psicologia. (2019c). *Resolução CFP n. 017/2019*: Altera a Resolução CFP nº 03/2017, que define e regulamenta a Comissão Consultiva em Avaliação Psicológica. <https://satepsi.cfp.org.br/docs/ResolucaoExercicioProfissional-172019.pdf>
- Freires, Leogildo Alves, Silva Filho, José Humberto da, Monteiro, Renan Pereira, Loureto, Gleidson Diego Lopes, & Gouveia, Valdiney Veloso. (2017). Ensino da avaliação psicológica no Norte brasileiro: analisando as ementas das disciplinas. *Avaliação Psicológica*, 16(2), 205-214. <https://dx.doi.org/10.15689/AP.2017.1602.11>

- Gomes, W. B. (2009). A tradição em avaliação psicológica no Rio Grande do Sul: a liderança e a referência de Jurema Alcides Cunha. In C. S. Hutz (Org.), *Avanços e polêmicas em avaliação psicológica*. (pp. 7-24). Casa do Psicólogo.
- Hutz, C. S. (2015). O que é Avaliação Psicológica: métodos, técnicas e testes. In C. S. Hutz, D. R. Bandeira, C. M. Trentini (Orgs.), *Psicometria* (pp. 11-22). Artmed.
- Noronha, A. P. P. (2002). Os problemas mais graves e mais frequentes no uso dos testes psicológicos. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 15 (1), 135-142. <https://www.scielo.br/j/prc/a/ZkMSRfQW3ndDKjWXMsdYfYt/?lang=pt&format=pdf>
- Noronha, A. P. P., Baptista, M. A., Carvalho, L., Cobero, C., Cunha, N. B., Aglia, B. A. V., Filizatti, R. Zenorini, R. P. C., & Santos, M. M. (2005). Ensino de avaliação psicológica em instituições de ensino superior brasileiras. *Universitas. Ciências da Saúde (UNICEUB)*, 1: 1-14. <https://www.arqcom.uniceub.br/cienciasaude/article/viewFile/543/363>
- Noronha, A. P. P. (2006). Formação em avaliação psicológica: uma análise das disciplinas. *Interação em Psicologia*, 10(2), 245-252. <https://revistas.ufpr.br/psicologia/article/view/7681/5473>
- Noronha, A. P. P., Nunes, M. F. O., & Ambiel, R. A. M. (2007). Importância e domínios de avaliação psicológica: um estudo com alunos de Psicologia. *Paidéia*, 17(37), 231-244. <https://www.scielo.br/j/paideia/a/XX43RchKJYrxjDynVYhXYvg/?format=pdf&lang=pt>
- Noronha, A. P. P., & Reppold, C. T. (2010). Considerações sobre a avaliação psicológica no Brasil. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 30 (número especial), 192-201. <https://www.scielo.br/j/pcp/a/xP9Jv6j9x3TfskxgcXm4XqH/?lang=pt&format=pdf>
- Noronha, A. P. P., Carvalho, L. F., Miguel, F. K., Souza M. S., & Santos, M. A. (2010). Sobre o ensino de avaliação psicológica. *Avaliação Psicológica*, 9(1), 139-146. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/avp/v9n1/v9n1a15.pdf>
- Noronha, A. P. P., Castro, N. R., Ottati, F., Barros, M. V. C., & Santana, P. R. (2013). Conteúdos e metodologias de ensino de avaliação psicológica: um estudo com professores. *Paidéia*, 23(54), 129-139. <https://www.scielo.br/j/paideia/a/mh4k69GdFDqHrjYDbsX5k7x/?format=pdf&lang=pt>
- Nunes, M. F. O., Muniz, M., Reppold, C. T., Faiad, C., Bueno, J. M. H., & Noronha, A. P. P. (2012). Diretrizes para o ensino de avaliação psicológica. *Avaliação Psicológica*, 11(2), 209-316. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/avp/v11n2/v11n2a16.pdf>

- Pasquali, L., & Alchieri, J. C. (2001). Os testes psicológicos no Brasil. Em: Pasquali, L. (Org.). *Técnicas de exame psicológico – TEP: fundamentos das técnicas psicológicas*. (195-221). Casa do Psicólogo.
- Paula, A. V., Pereira, A. S., & Nascimento, E. (2007). Opinião de alunos de psicologia sobre o ensino em avaliação psicológica. *Psico-USF*, 12(1), 33-43. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psicousf/v12n1/v12n1a05.pdf>
- Primi, R., & Nunes, C. H. S. S. (2010). Aspectos técnicos e conceituais da ficha de avaliação dos testes psicológicos. In Conselho Federal de Psicologia (Org.), *Avaliação Psicológica: diretrizes na regulamentação da profissão*. (pp. 129-148). https://site.cfp.org.br/wpcontent/uploads/2010/09/avaliacao_psicologica_web_30-08-10.pdf
- Reppold, C. T., & Noronha, A. P. P. (2018). Impacto dos 15 anos do Satepsi na Avaliação Psicológica Brasileira. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 38(n.spe), 6-15. <https://doi.org/10.1590/1982-3703000208638>
- Tavares, M. (2003). Validade Clínica. *Psico-USF*, 8(2), 125-136. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psicousf/v8n2/v8n2a04.pdf>
- Urbina, S. (2007). *Fundamentos da testagem psicológica*. Porto Alegre: Artmed.
- Wechsler, S. M., Hutz, C. S., & Primi, R. (2019). O desenvolvimento da avaliação psicológica no Brasil: avanços históricos e desafios. *Avaliação Psicológica*, 18(2), 121-128. <https://dx.doi.org/10.15689/ap.2019.1802.15466.02>